UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Queli Rejane da Silva Konzgen

A MULTIFUNCIONALIDADE NOS ESPAÇOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA LOCALIDADE DA GLÓRIA – 1º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS

Pelotas, 2017.

Queli Rejane da Silva Konzgen

A MULTIFUNCIONALIDADE NOS ESPAÇOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA LOCALIDADE DA GLÓRIA – 1º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, como requisito parcial, para a obtenção do grau de Licenciado em Geografia ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Giancarla Salamoni

Pelotas, 2017.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

K82m Konzgen, Queli Rejane da Silva

A multifuncionalidade nos espaços da agricultura familiar : um estudo de caso na localidade da Glória – 1º distrito do município de Canguçu/RS / Queli Rejane da Silva Konzgen ; Giancarla Salamoni, orientadora. — Pelotas, 2017.

128 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

1. Agricultura familiar. 2. Multifuncionalidade. 3. Sustentabilidade. 4. Canguçu/rs. I. Salamoni, Giancarla, orient. II. Título.

CDD : 630

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Queli Rejane da Silva Konzgen

A multifuncionalidade nos espaços da agricultura familiar:
Um estudo de caso na localidade da Glória – 1º Distrito do município de Canguçu/RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

Data da Defesa: 10/03/2017

Banca Examinadora:

.....

Prof.ª Dr.ª Giancarla Salamoni (Orientadora)
Universidade Federal de Pelotas
Instituto de Ciências Humanas

.....

Prof. Dr. Adão José Vital da Costa
Universidade Federal de Pelotas
Instituto de Ciências Humanas

.....

Prof.ª Dr.ª Maria Regina Caetano Costa
Universidade Federal de Pelotas
Instituto de Ciências Humanas

Dedico este trabalho a todos os agricultores (as) familiares do Brasil, em especial aos da localidade da Glória, que contribuíram para a construção do mesmo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por ter chegado até aqui e possibilitado a realização do sonho de ser uma Licenciada em Geografia.

Agradeço os meus pais, Nelson e Odocia, pelo apoio incondicional e ajuda durante todo o período da graduação.

Agradeço a minha irmã Seila por todo o apoio e incentivo para seguir em frente à minha caminhada em meio aos problemas pessoais.

Agradeço ao meu namorado Eder, pelo companheirismo, compreensão da minha ausência em determinados momentos, por ter me acompanhado durante algumas entrevistas e pelo auxilio nas questões ambientais.

Agradeço a minha orientadora Giancarla, pela paciência, dedicação e disposição durante as orientações. Sendo não apenas uma orientadora, mas uma amiga ao qual sou muito grata por tudo o que fizestes por mim.

Agradeço a equipe do escritório da EMATER Canguçu, em especial ao técnico Claison Krumreich por estar sempre à disposição e pela significativa contribuição neste trabalho.

Agradeço a todos os agricultores familiares da Glória, cuja contribuição foi fundamental para a elaboração deste trabalho e por todo o aprendizado concebido por parte dos agricultores familiares durante a pesquisa de campo.

Agradeço o professor Vital, pelo incentivo aos estudos da geografia agrária.

Agradeço a professora Regina, por todo apoio, amizade e pelos conselhos nos momentos difíceis.

Agradeço aos integrantes do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA), sejam os bolsistas, alunos de graduação, mestrado e doutorado que tive o prazer de conviver durante todo o período ao qual fui bolsista no referido laboratório, formando amizades que vai muito além do meio acadêmico.

Agradeço ao Carlos Vinícius pela confecção do mapa.

Agradeço a Maiara pelo auxílio na formatação do trabalho.

Agradeço a todos os professores do curso de Geografia da UFPEL que contribuíram para minha formação.

Agradeço aos queridos colegas de turma e amigos da Geografia.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul pela oportunidade de ampliar meus conhecimentos através da bolsa de iniciação cientifica.

Agradeço a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura pela bolsa e pela oportunidade de trabalhar com a extensão universitária.

Muito obrigada a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a construção desse trabalho.

RESUMO

O Brasil adota na década de 1990 o conceito de multifuncionalidade como um instrumento de política pública para apoio e promoção da agricultura familiar. Cabe salientar, que a noção de multifuncionalidade tem suas origens na Europa, sobretudo na França, por meio da construção de projetos territoriais de desenvolvimento rural no contexto da União Europeia. Reprodução socioeconômica das famílias rurais; Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; Manutenção do tecido social e cultural; Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, são as quatro funções da multifuncionalidade da agricultura familiar que se definiu na realidade brasileira. O presente trabalho tem como objetivo geral investigar a multifuncionalidade das propriedades rurais familiares da localidade da Glória – 1º Distrito do Município de Canguçu/RS. Para a elaboração deste trabalho foi realizada revisão bibliográfica, caracterização da área de estudo, com base em dados secundários, documentais, construção do estado da arte, análise da paisagem rural do município de Canguçu, análise está desenvolvida através de fotografias representativas de cada compartimento geomorfológico do referido município, sendo que esta caracterização englobou todo o município de Canguçu. Foi elaborado por meio das leituras, parâmetros para cada função. Também foi aplicado um roteiro semiestruturado na forma de entrevista, junto aos agricultores familiares da localidade da Glória, 1ª distrito do município de Canguçu, que são atendidos pela chamada pública da sustentabilidade. As questões contemplaram as quatro funções mencionadas anteriormente, para assim, caracterizar as funções desempenhadas pela agricultura familiar da Glória. A pesquisa apontou que as três primeiras funções da multifuncionalidade apresentadas anteriormente, são identificadas como possibilidades da multifuncionalidade e a última função (Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural) se apresentou de forma restrita. A multifuncionalidade da agricultura familiar promove o desenvolvimento rural, sendo que este passa pela formulação de políticas públicas considerando aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais, para, assim, promover o desenvolvimento rural no contexto empírico pesquisado.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Multifuncionalidade. Sustentabilidade. Canguçu/RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do município de Canguçu/RS 43
Figura 2 – Número de estabelecimento familiar e não familiar do município de Canguçu 46
Figura 3 – Mapa geomorfológico do município de Canguçu/RS 53
Figura 4 – Compartimento geomorfológico de Cristas 54
Figura 5 – Compartimento geomorfológico de Colinas 55
Figura 6 – Afloramento Rochoso no compartimento geomorfológico de Cristas..... 56
Figura 7 – Compartimento geomorfológico da Planície Aluvial do Rio Camaquã. 56
Figura 8 – Parâmetros da multifuncionalidade da agricultura familiar 58
Figura 9 – Mapa ilustrativo de localização da localidade da Glória, 1º Distrito do município de Canguçu/RS 59
Figura 10 – Mapa de localização das propriedades entrevistadas na localidade da Glória 60
Figura 11 – Sexo dos membros das famílias 61
Figura 12 – Condição do agricultor 63
Figura 13 – Como adquiriu as terras (Quando Proprietário) 64
Figura 14 – Formação da renda nas propriedades 65
Figura 15 – Contratação de trabalhador temporário ou permanente 66
Figura 16 – Assistência técnica na área pesquisada 67
Figura 17 – Utilização de crédito na área pesquisada 68
Figura 18 – Alguns produtos cultivados para o autoconsumo 71
Figura 19 – Produção apenas para o mercado 73
Figura 20 – Alguns produtos produzidos para o mercado e autoconsumo 74
Figura 21 – Criação de animais para o autoconsumo 77
Figura 22 – Cavalo usado para o trabalho 77
Figura 23 – Embalagens de agrotóxicos perto da horta 78
Figura 24 – Produção de flores agroecológicas 79
Figura 25 – Minhocário para a produção do substrato 80
Figura 26 – Ajuda mútua 82
Figura 27 – Participação em festas de comunidade 82

Figura 28 – Sucessão familiar da propriedade 83
Figura 29 – Desejo que os filhos permaneçam na propriedade como agricultores 85
Figura 30 – Participam de sindicatos, associações ou cooperativas 86
Figura 31 – Instrumentos de trabalho..... 87
Figura 32 – Semente crioula de milho branco e amarelo 87
Figura 33 – Trator 89
Figura 34 – Carroça de tração animal 89
Figura 35 – Implementos agrícolas: Pulverizador, arado de disco e roçadeira 90
Figura 36 – Equipamento de aplicação de mulching construído pelo entrevistado e ao lado por uma indústria de implementos agrícolas 90
Figura 37 – Presença de objetos antigos nas propriedades entrevistadas 91
Figura 38 – Objetos antigos presentes nas propriedades pesquisadas 92
Figura 39 – Uso do solo 96
Figura 40 – Práticas de conservação do solo 97
Figura 41 – Recursos hídricos disponíveis na área pesquisada 99
Figura 42 – Recursos hídricos nas áreas pesquisadas – Cacimba, açude, arroio e Sanga 99
Figura 43 – Uso da irrigação na agricultura 100
Figura 44 – Obtenção da água do açude por bomba para irrigação 101
Figura 45 – Existência de nascentes de curso d' água 101
Figura 46 – Nascente de curso d' água 102
Figura 47 – Uso do solo próximo das nascentes 103
Figura 48 – Insumos agrícolas utilizados nas propriedades 104
Figura 49 – Embalagens de agrotóxicos descartadas incorretamente nas Propriedades 104
Figura 50 – Algumas das paisagens preferidas para o trabalho 106
Figura 51 – Algumas das paisagens preferidas para o descanso..... 107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pontos positivos e negativos de se viver no meio rural 93
Quadro 2 – Perspectivas de continuidade da família no meio rural 94
Quadro 3 – Lugar preferido para o trabalho na propriedade 105
Quadro 4 – Lugar preferido para o descanso na propriedade 107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População do município de Canguçu/RS 46

Tabela 2 – Compartimentos geomorfológicos, área ocupada e porcentagem abrangida em Canguçu/RS 53

Tabela 3 – Composição etária das famílias 61

Tabela 4 – Escolaridade dos membros das famílias 62

Tabela 5 – Atividades que tem maior importância para a permanência da família no meio rural 66

Tabela 6 – Produtos presentes nas propriedades para o autoconsumo 70

Tabela 7 – Produtos presentes nas propriedades para o mercado 72

Tabela 8 – Ordem de importância dos produtos agrícolas na formação da renda familiar 75

Tabela 9 – Tipos e destino de criação animal 76

Tabela 10 – Máquinas e instrumentos agrícolas 88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAFSUL	Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul
CREHNOR	Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Canguçu – Crehnor – Sul
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária
FEAPER	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNAIC	União de Agricultores Familiares de Canguçu e Região

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15
1.1 Questão de pesquisa? 17
1.2 Justificativa 17
1.3 Objetivo geral 17
1.4 Objetivos específicos 17
1.5 Metodologia 18
2 AGRICULTURA FAMILIAR, MULTIFUNCIONALIDADE, PLURIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA..... 21
2.1 Agricultura familiar: uma discussão analítica e normativa 21
2.2 Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil 30
2.3 Uma discussão sobre a pluriatividade da agricultura familiar no Brasil e sua relação com a multifuncionalidade 34
2.4 Desenvolvimento rural no Brasil 37
3 Caracterização da área de estudo 43
3.1 Localização do município de Canguçu/RS 43
3.2 A formação histórico-espacial do município de Canguçu 44
3.3 Dados socioeconômicos sobre o município de Canguçu 45
3.4 Estado da arte sobre o tema da agricultura familiar no município de Canguçu 47
3.5 O caráter multifuncional da paisagem rural do município de Canguçu 52
4 ESTUDO SOBRE A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ESCALA LOCAL 58
4.1 Caracterização geral das propriedades entrevistadas 60
4.2 Reprodução socioeconômica das famílias rurais 62
4.3 Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade 69
4.4 Manutenção do tecido social e cultural 80
4.5 Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural 95

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 109
REFERÊNCIAS 114
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA 124

1 INTRODUÇÃO

Desde os anos de 1990 é possível perceber a valorização de novas funções associadas à agricultura familiar no Brasil. Por um lado, pela construção de políticas públicas que colaborou para o reconhecimento desta categoria e por outro lado, com o aumento dos problemas ambientais, que contribuiu para uma valorização do mundo rural e assim, modificando a perspectiva social do papel da agricultura. Com isso, o país adota na referida década o conceito de multifuncionalidade como um instrumento de política pública para apoio e promoção da agricultura familiar. Mas a noção de multifuncionalidade tem suas origens na Europa, sobretudo na França.

Inicialmente, a noção de multifuncionalidade esteve associada ao turismo rural, mas sabe-se que o conceito abarca também as questões culturais, a produção agroecológica, a promoção do artesanato doméstico e das agroindústrias familiares, a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, entre outros. E, segundo Carneiro e Maluf (2003):

> A abordagem da multifuncionalidade da agricultura se diferencia por valorizar as peculiaridades do agrícola e do rural e suas outras contribuições que não apenas a de bens privados, além dela repercutir as críticas às formas predominantes assumidas pela produção agrícola por sua insustentabilidade e pela qualidade duvidosa dos produtos que gera. A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagem) e pela qualidade dos alimentos (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19).

Carneiro e Maluf (2003), em suas pesquisas, definiram quatro funções da multifuncionalidade da agricultura familiar na realidade brasileira, são elas: Reprodução socioeconômica das famílias rurais; Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; Manutenção do tecido social e cultural; Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. É importante salientar que essas funções serão consideradas para caracterizar a multifuncionalidade da agricultura familiar no recorte espacial pesquisado, ou seja, na localidade da Glória, 1º distrito do município de Canguçu/RS.

A multifuncionalidade pode ser válida à realidade brasileira ao ser vista de acordo com Carneiro e Maluf (2003):

> [...] como um instrumento de análise dos processos sociais agrários que permite enxergar dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pela visão que privilegia os processos econômicos, ainda que se concorde que, no Brasil, a

> promoção da multifuncionalidade tenha de ser combinada com o estimulo à produção de alimentos (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 21).

Na realidade brasileira a multifuncionalidade deverá compreender o estimulo a produção de alimentos e de incrementos das rendas dos agricultores familiares. Com isso, a adoção desse conceito não ignora o estimulo a produção mercantil de base familiar, pelo contrário, a produção agrícola passa a ser associada a outras dimensões que não somente econômica. A noção é considerada de suma importância na diminuição da pobreza das famílias rurais (KATO, 2006 apud GAVIOLI; COSTA, 2011).

Cazella, Bonnal e Maluf (2009) abordam que as pesquisas sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil podem ser desenvolvidas em quatro planos de análise: a família rural, o território, a sociedade e as políticas públicas. Sendo que nesse trabalho optou-se por investigar as famílias rurais, e Carneiro e Maluf (2003) tratam a família rural como: “a unidade que se reproduz em regime de economia familiar e desenvolve qualquer processo biológico sobre um pedaço de terra, ‘situada’ num território com determinadas características socioeconômicas, culturais e ambientais” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 22-23).

A multifuncionalidade e pluriatividade são noções diferentes, mas existe uma inter-relação entre elas, pois a multifuncionalidade engloba outras funções que vão além da produção, como atividades não agrícolas que podem ser consideradas dentro do escopo da pluriatividade. “A ideia de multifuncionalidade engloba a temática da pluriatividade, mas não se limita a ela” (AMBRÓSIO, 2008 apud GAVIOLI; COSTA, 2011, p. 454).

A adoção da multifuncionalidade no Brasil como uma política pública está voltada para o apoio e promoção da agricultura familiar e com isso, a noção tem relação com o desenvolvimento rural.

O presente trabalho encontra-se organizado em cinco capítulos. O primeiro compreende a parte introdutória sobre o tema da pesquisa, bem como, é apresentada a questão de pesquisa, justificativa, objetivo geral, objetivos específicos e a metodologia utilizada na construção da pesquisa. O segundo capítulo apresenta os conceitos de agricultura familiar, multifuncionalidade, pluriatividade e desenvolvimento rural, por meio de uma revisão bibliográfica. O terceiro capítulo compreende uma caracterização da área de estudo. Cabe destacar, que a caracterização teve como escala de análise o município. O quarto capítulo engloba

os resultados da pesquisa de campo associada com as fundamentações teóricas. O quinto e último capítulo abrange as conclusões finais do trabalho.

1.1 Questão de pesquisa?

Quais são as múltiplas funções desempenhadas pela agricultura familiar na localidade da Glória – 1º Distrito de Canguçu/ RS?

1.2 Justificativa

A escolha do tema da pesquisa ocorre pelo fato da noção de multifuncionalidade ser recente no Brasil, e a pesquisa acabará tendo uma parcela de contribuição no âmbito da geografia agrária, uma vez que a maior parte das pesquisas sobre o tema da multifuncionalidade é desenvolvida em outras áreas do conhecimento, como a sociologia rural, a antropologia rural e a economia rural. Além disso, esse estudo de caso tem um caráter precursor na área de estudo.

Ainda, pelo fato de ser filha de agricultores familiares do município de Canguçu e conhecer a realidade do meio rural, tornou-se perceptível as diversas funções desempenhadas pela agricultura familiar e, esse fato despertou o interesse em pesquisar sobre a temática da multifuncionalidade.

Por fim, a pesquisa sobre esse tema justifica-se, pelo seu caráter social, pois, além da produção agrícola, identifica outras funções desempenhadas pela agricultura familiar, sendo de suma importância para promover a permanência dos agricultores familiares no meio rural.

1.3 Objetivo geral

Investigar a multifuncionalidade das propriedades rurais familiares da localidade da Glória – 1º Distrito do Município de Canguçu/RS.

1.4 Objetivos específicos

- Compreender as temáticas da agricultura familiar, multifuncionalidade, pluriatividade e desenvolvimento rural;

- Analisar os elementos fisiográficos do município pesquisado, a partir da leitura da paisagem;
- Caracterizar as funções da agricultura familiar na localidade da Glória, por meio dos parâmetros da multifuncionalidade;
- Identificar as possibilidades e restrições da multifuncionalidade nas propriedades pesquisadas;
- Relacionar os elementos do sistema da agricultura e da multifuncionalidade para a promoção do desenvolvimento rural.

1.5 Metodologia

A pesquisa consiste em um estudo de caso sobre a questão elencada. Sendo que o estudo de caso é considerado um dos principais métodos de pesquisa qualitativa no campo das ciências humanas. E, segundo Yin (2010, p. 39), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

Na primeira etapa da pesquisa realizou-se uma pesquisa bibliográfica contemplando noções e conceitos relacionados à agricultura familiar, multifuncionalidade, pluriatividade e desenvolvimento rural. Segundo Martins e Santos (2003):

> A pesquisa bibliográfica é a condição prévia, em qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, seja para levantamento da situação em questão, seja para a fundamentação teórica ou para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa (MARTINS; SANTOS, 2003, p. 8).

Na segunda etapa foi realizada uma caracterização da área de estudo, com base em dados secundários, documentais e a construção do estado da arte. Este último compreende uma revisão bibliográfica sobre estudos antecedentes, apresentados na forma de monografias, dissertações e teses, que tratam sobre os temas referentes a agricultura familiar no município de Canguçu, seguida de um comentário sobre as possíveis contribuições dessas pesquisas para o estudo da multifuncionalidade. Ainda, durante a segunda etapa, foi feita uma análise da paisagem rural do município de Canguçu. Segundo Pinto-Correia (2007), a paisagem rural, em uma escala local, pode ser compreendida com base em dois eixos: o primeiro formado pela “integração entre a base física e biológica e a

influência e construção humana, ao longo do tempo, resultando na materialidade da paisagem, com as suas potencialidades e limitações, assim como seu caráter, ou identidade" (PINTO-CORREIA, 2007, p. 69). O segundo constituído por relações socioeconômicas e culturais que estabelecem as decisões sobre a paisagem, que vai desde a economia global até às políticas e instrumentos de gestão que operam na escala local.

A análise da paisagem foi desenvolvida por meio de fotografias representativas de cada compartimento geomorfológico do município de Canguçu, sendo considerada uma pesquisa exploratória. Segundo Mendes e Pessôa (2009, p. 522) "a pesquisa exploratória tem o objetivo de preparar o pesquisador para as atividades de campo".

Na terceira etapa do trabalho foi elaborado por meio da revisão de literatura, parâmetros para cada função da multifuncionalidade da agricultura familiar (reprodução socioeconômica das famílias rurais; promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; manutenção do tecido social e cultural; preservação dos recursos naturais e da paisagem rural).

A quarta etapa compreendeu a elaboração, teste e aplicação de um roteiro semiestruturado na forma de entrevista, contemplando as funções da multifuncionalidade da agricultura familiar, para assim caracterizar as funções desempenhadas pela agricultura familiar da localidade da Glória.

A entrevista semiestruturada permitiu a coleta e a obtenção de dados e informações relevantes para o contexto do estudo de caso e, segundo Matos e Pessôa (2009), compreende a:

> [...] interação entre perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas), em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea. Esse tipo de entrevista é recomendado, porque possibilita a obtenção de mais informações além das previstas (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 288).

O trabalho de campo constituiu um importante instrumento da análise geográfica e, de acordo com Gobbi e Pessôa (2009), não pode ser constituído apenas na coleta de dados organizados por meio de tabelas, gráficos, entre outros. É necessário conseguir dos pesquisados, suas visões de mundo, seus hábitos, tabus, vivências e temores.

Foram aplicadas as entrevistas junto aos agricultores familiares da localidade da Glória, 1ª distrito do município de Canguçu. Sendo que o universo

pesquisado na referida localidade foram os agricultores familiares atendidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, vinculados a Chamada Pública[1] da Sustentabilidade.

De acordo com os dados da EMATER (2016), a localidade da Glória apresenta 24 famílias assistidas na Chamada Pública da Sustentabilidade[2], sendo que foi entrevistada, desse universo, uma amostra de 50%, a partir da uma seleção aleatória (10 homens e 02 mulheres). A escolha da localidade se justifica por ser de fácil acesso ao campo e pela expressividade do fenômeno da multifuncionalidade da agricultura familiar. A opção pelo universo do projeto da Chamada Pública da Sustentabilidade vem ao encontro do tema central desse projeto.

Durante as entrevistas as informações foram anotadas no roteiro de entrevista e no caderno de campo. Houve um levantamento fotográfico durante as entrevistas nas propriedades rurais e também a verificação das coordenadas geográficas da sede da propriedade, para a elaboração do mapa georreferenciando as propriedades entrevistadas.

Os dados coletados no trabalho de campo foram tabulados e organizados na forma de tabelas, gráficos, mapas, textos das falas dos entrevistados, entre outros. E assim, realizada a interpretação dos dados relacionando com a literatura sobre o tema. Cabe salientar, que durante o trabalho o uso das aspas compreende a bibliografia consultada e em itálico a fala dos entrevistados, mas com ajuste na ortografia. Por fim, as conclusões do trabalho contemplaram as possibilidades e restrições da multifuncionalidade nas propriedades pesquisadas e a relação da multifuncionalidade para a promoção do desenvolvimento rural.

---

[1] Segundo o site da EMATER/RS (2013) a chamada pública “é um instrumento para implantação de políticas do governo federal, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA). Este conjunto de orientações visa à contratação e execução de serviços de assistência técnica e extensão rural, a fim de promover uma agricultura familiar mais sustentável, afirma o assessor da chamada pública na região, assistente técnico regional da Emater/RS-Ascar, engenheiro agrônomo Flávio Joel Fagonde”.

[2] A chamada pública da sustentabilidade tem como objetivo: “Planejar as ações, executá-las e avaliá-las (tanto atividades individuais quanto coletivas) com vista ao desenvolvimento sustentável das unidades de produção familiar” (EMATER, 2010).

2 AGRICULTURA FAMILIAR, MULTIFUNCIONALIDADE, PLURIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

Desde os anos de 1990 a discussão sobre agricultura familiar se intensifica nas ciências humanas, especificamente na geografia agrária, pois o papel da agricultura familiar vem sendo discutido pelos movimentos sociais rurais, por órgãos governamentais e pelo meio acadêmico científico. As noções de multifuncionalidade e pluriatividade vêm ganhando relevância nas pesquisas sobre o rural brasileiro nas últimas duas décadas e essas noções tendem a reforçar uma perspectiva inovadora de desenvolvimento rural. Diante disso, este capítulo visa compreender os conceitos de agricultura familiar, multifuncionalidade, pluriatividade e desenvolvimento rural, por meio de uma revisão bibliográfica.

2.1 Agricultura familiar: uma discussão analítica e normativa

O termo agricultura familiar é de uso recente, entretanto, a existência histórica desse grupo social na agricultura é registrada desde o século XVI, no Brasil colonial. As principais concepções teóricas que discorrem sobre a agricultura familiar e seus traços básicos partem do estudo de que as suas raízes históricas estão no campesinato.

Marx, Lênin e Kautsky são autores que requerem destaque nos estudos clássicos sobre o campesinato. Marx (1985) em sua obra *O Capital*, previu que com a expansão do capitalismo a indústria chegaria ao campo, modificando o espaço rural e expropriando os camponeses. “Na epistemologia marxista ao camponês atribui-se uma baixa consciência de classe, incapaz de transmutar-se de ‘classe em si’ para ‘classe para si’” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 11).

Para Silva (1986), Marx não identificava o campesinato como uma das classes do capitalismo:

> [...] ele salienta que os camponeses constituem uma classe social somente na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura aos das outras classes da sociedade [...], no entanto, na medida em que não existe entre eles comunidade alguma, ligação nacional nenhuma, nem organização política (atomizados como batatas num saco) nesta exata medida não constituem uma classe [...] (SILVA, 1986, p. 103).

Lênin deu sequência à teoria de Marx e descartou “totalmente a ideia de que a pequena produção mercantil (pequena burguesia) possa representar um modo de produção especifico e particular, detentor de leis e de uma lógica específica de funcionamento” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.14). E, ainda, Kautsky destaca em seus estudos a relação entre agricultura e indústria, no intuito de constatar a “industrialização da agricultura” e que “o caráter familiar das pequenas explorações e o progresso técnico da agricultura são necessariamente incompatíveis” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.16).

Contudo, ao contrário do que alegaram Marx, Lênin e Kautsky, a produção familiar camponesa não desapareceu e a expansão do capitalismo colaborou para a ampliação das atividades familiares e cuja lógica permanece sendo basicamente camponesa.

Para Wanderley (2009), a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma forma social da agricultura familiar, baseado na relação entre propriedade, trabalho e família. Mas de acordo com a autora, a mesma possui “particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (WANDERLEY, 2009, p.157).

Wanderley (1996) trata o agricultor familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno e alvo das políticas públicas para incentivar o desenvolvimento rural. A autora toma como ponto de partida e eixo norteador as seguintes hipóteses:

> a) Agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações especificas e particulares;
> b) Ao campesinato corresponde uma dessas formas particulares da agricultura familiar que se constitui enquanto um modo especifico de produzir e de viver em sociedade;
> c) A agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio dessas sociedades, as quais a obrigam a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicional;
> d) Estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, gestando antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, o que lhe permite, precisamente, adaptar-se as novas exigências da sociedade;
> e) O campesinato brasileiro tem características particulares, em relação ao conceito clássico de camponês - que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da História social do país [...] (WANDERLEY, 1996, p. 2).

Para compreender a distribuição dos recursos terra, trabalho e capital nas unidades produtivas agrícolas familiares, adotam-se como referência teórica os estudos de Chayanov (1974) que, segundo o autor, estão acompanhadas por uma "racionalidade singular, capaz de tornar a propriedade camponesa um elemento fundamental, tanto para o funcionamento geral da economia, como para a organização do espaço, nas diferentes escalas" (CHAYANOV, 1974 apud GERARDI; SALAMONI, 1994).

A terra é de fundamental importância para a produção da agricultura familiar, ela que proporciona a reprodução social da família. É através dela que a família assegura seu sustento e a permanência na produção agrícola. A relação com a terra, de acordo com Porto (2004, p. 89), "extrapola a função econômica, ou seja, a preservação do meio ambiente, pois o negócio e a residência estão no mesmo espaço rural".

Lamarche (1993) expõe que no Brasil a propriedade jurídica da terra é indispensável para o exercício da agricultura familiar. Sem o acesso à mesma, o agricultor não tem autonomia para tomar suas decisões e praticamente não tem acesso ao crédito.

Chayanov (1974 apud GERARDI; SALAMONI, 1994) aborda que cada família possui uma dinâmica demográfica própria, que ocorre em função do número de integrantes que compõem e de suas idades. A composição familiar definirá a variação no volume de trabalho e consumo, que são indispensáveis para assegurar a sobrevivência das famílias.

Da centralidade da família, como possuidora da força de trabalho e detentora da propriedade e também como determinadora das necessidades de consumo, resulta a importância que assume a evolução de sua composição, como um elemento chave do método de mudança interna do estabelecimento familiar, o que Chayanov chamou de "diferenciação demográfica" (CHAYANOV, 1974).

Conforme salientam Gerardi e Salamoni (1994), Chonchol destaca que o grupo familiar:

> [...] é marcado por um forte coletivismo interno, expresso na organização e divisão do trabalho, onde cada família adapta sua capacidade de trabalho conforme as características de sexo e idade de seus membros. A unidade familiar assim constituída reveste-se de uma certa autarquia em relação ao exterior, em que as tomadas de decisões são ponderadas em conjunto, sempre orientadas para a satisfação das necessidades de subsistência (GERARDI; SALAMONI, 1994, p. 202).

A mão de obra é essencialmente formada pelo núcleo familiar. “A sua participação é inversamente proporcional ao tamanho dos imóveis, ou seja, quanto menor a propriedade em termos de área e/ou valor da produção, maior é a importância do trabalho familiar” (SILVA, 1978, p.245).

Segundo Finatto e Salamoni (2008), um dos traços presente na organização familiar de produção é a mão de obra, que em certos períodos do ano, como na época do plantio e na colheita da produção, ocorre a necessidade de aumentar a mão de obra na propriedade e o agricultor recorre ao auxílio, muitas vezes, de pessoas de outras unidades produtivas, geralmente próximas a sua. Assim:

> As relações de parentesco ou mesmo os laços afetivos de vizinhança acentuam-se e os produtores prestam auxílios uns para com os outros. Essa relação é desprovida de qualquer lógica capitalista, ou seja, como retribuição pela ajuda prestada o produtor que recebeu o auxílio em outra oportunidade retribui com sua própria força de trabalho (ou de algum componente da família) o auxilio recebido. Esse tipo de troca de serviço é conhecido como ajuda mútua (FINATTO; SALAMONI, 2008, p. 203).

Lamarche (1993) compreende a exploração familiar conforme “uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1993, p. 15).

Finatto e Salamoni (2008) abordam que a autoexploração é uma característica que está presente nas unidades familiares. Quando há a necessidade de aumentar a renda para pagar algum financiamento ou obter determinada mercadoria, por exemplo, ao contrário da empresa capitalista que aumenta o valor do produto para o mercado, “o agricultor familiar aumenta a quantidade da sua produção, assim intensifica a força de trabalho, se necessário dobra sua jornada para obtenção do dinheiro necessário” (FINATTO; SALAMONI, 2008, p. 202).

Os agricultores familiares, segundo Wanderley (2004):

> Mesmo integrado ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida, ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Esse agricultor familiar, de certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet), na medida em que a família continua sendo o objeto principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão (WANDERLEY, 2004, p. 48).

No Brasil, Wanderley (1996) acredita que o agricultor familiar guarda muitos traços camponeses, pois atualmente também enfrentam “os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização

brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças" (WANDERLEY, 1996, p. 15).

Para Chayanov (1974), a produção familiar não é uma forma residual, que não tem capacidade de evolução, mas se adapta, no interior do sistema capitalista de produção de acordo com suas possibilidades, "e, por estar condicionada a esse sistema econômico, muitas vezes é auto explorada, sendo esta a única solução para suprir suas necessidades" (CHAYANOV, 1974, apud FINATTO; SALAMONI, 2008, p. 202).

A agricultura familiar para Abramovay é aquela em que:

> […] a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p. 3).

De acordo com Hecht (2000) a agricultura familiar é uma forma de organização da produção em que os critérios utilizados para orientar as decisões relativas à exploração não são apenas econômicos, mas considera também as necessidades da família. Ao contrário do modelo patronal, onde há total separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes elementos estão intimamente relacionados.

Abramovay (2004) afirma que a agricultura familiar possui as seguintes características:

> - A gestão é feita pelos proprietários;
> - Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
> - O trabalho é fundamentalmente familiar;
> - O capital pertence à família;
> - O patrimônio e os ativos são objeto de transferência inter-gerencial no interior da família;
> - Os membros da família vivem na unidade produtiva (ABRAMOVAY, 2004, p. 74).

Wanderley (1988) fala que os agricultores familiares são responsáveis por parcela da produção de mercadorias e que, por mais que movimente em seus processos de produção um capital de certa relevância, e utilizem tecnologia moderna, e consigam adquirir patrimônio, como terras valorizadas, continuam trabalhando com a própria força de trabalho na unidade familiar de produção.

Diante disso, Wanderley (2009) diz que o caráter da economia em questão é essencialmente familiar, mas com o desenvolvimento das tecnologias e também das mudanças da composição interna da família, as mesmas são nos dias de hoje mais reduzidas e não há a necessidade de todos os integrantes no processo de trabalho do estabelecimento familiar.

Lamarche (1993) aborda que os agricultores familiares são portadores de uma tradição que é adquirida pela centralidade da família, pela forma de produzir e pelo modo de vida. Entretanto, precisam adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, sendo que de uma forma ou de outra, os agricultores estão inseridos no mercado moderno e passam a ter a influência da chamada sociedade englobante.

Os produtos agrícolas produzidos pelos agricultores familiares são para o autoconsumo e o excedente é destinado para o mercado. A produção para o autoconsumo é uma estratégia, que garante certa autonomia à família e que se inscreve numa relação complexa, e como afirma Sabourin (2009), as trocas mercantis e as relações de reciprocidade existem, sendo que esta última como categoria fundadora da identidade camponesa. Mais do que uma simples troca de mercadoria ou serviços, a reciprocidade seria uma prática de reprodução de “prestações”, geradora de uma relação social.

Wanderley (1996) indica que os agricultores adotam diferentes estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, “em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro” (WANDERLEY, 1996, p. 8). Assim, os agricultores familiares encaram os novos desafios com as possibilidades que possuem.

A mesma autora (2004) afirma que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna, e que ele resulta, de certa forma, da atuação do Estado. A grande maioria dos agricultores familiares do Brasil tem uma história camponesa, revelada nas heranças agrárias e nas tradições agrícolas. Sendo assim, essa categoria não é resultado de uma invenção moderna produzida pelo Estado.

Wanderley (2009) discute que com as novas condições de produção, o trabalho se torna menos penoso e, consequentemente, exige menos sacrifício físico daquele que o realiza. Mas em certos momentos a penosidade se faz presente, como no auge da atividade produtiva. Além disso, a mesma deixa de ser de

natureza propriamente física, mas também psíquica, provocando estados de tensão, devido, por exemplo, a eventuais endividamentos, pela dificuldade de se ausentar do estabelecimento, tirar férias, em razão da própria natureza do trabalho agrícola.

O grande desafio da agricultura familiar é a busca de novas maneiras de produzir, que não ataque nem destruam a natureza e que valorizem o trabalho. Os agricultores familiares "acumularam em sua história experiências virtuosas com o trato da terra e da água, foram capazes de se organizar e de expressar seus pontos de vista, conquistaram aliados para suas causas e aprenderam a dialogar com instituições" (WANDERLEY, 2009, p. 44).

Com relação à questão normativa da expressão "agricultura familiar", a mesma surgiu no contexto brasileiro a partir da década de 1990. Segundo Schneider (2003), na década de 90 ocorreu dois eventos que contribuíram para a criação do termo, a saber: de um lado, no campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, comandado pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Do outro lado, a consolidação da agricultura familiar no contexto social e político está relacionado a ação do Estado, que cria por meio do Decreto Nº 1946, de 28 de junho de 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar – lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e melhoria na renda.

Com a implantação do PRONAF, o debate é ampliado sobre esta categoria. Wanderley (2009) aborda que:

> Para muitos, o Estado parecia ter a iniciativa da gestação desta categoria social, a começar pela própria denominação 'agricultura familiar' inovadora, diante das antigas e pejorativas expressões, tais como 'produtor de baixa renda', e suficientemente genérica, para encobrir as implicações do termo 'campesinato' (Wanderley, 2009, p. 16).

Através da implantação do PRONAF, a agricultura familiar foi formalmente reconhecida como um ator social. Antes vistos como "os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores" (WANDERLEY, 2009, p. 308).

O PRONAF “apoia atividades agrícolas e não agrícolas dos agricultores familiares nas linhas de custeio e investimento. Financia também investimentos coletivos e cooperativas de agricultores familiares” (BIANCHINI, 2015, p. 70).

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, o PRONAF possui atualmente as seguintes linhas de créditos:

PRONAF Custeio: destinado ao financiamento de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no PRONAF.

PRONAF Mais Alimentos – Investimento: destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, na propriedade rural ou nas áreas comunitárias rurais próximas.

PRONAF Agroindústria: voltado para o financiamento de investimentos, inclusive de infraestrutura, visando o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

PRONAF Agroecologia: financiamento para investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

PRONAF Eco: para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitem ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.

PRONAF Floresta: destinado a financiar investimentos em projetos para sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

PRONAF Semiárido: voltado para investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.

PRONAF Mulher: linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.

PRONAF Jovem: direcionado para o financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.

PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para financiar as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

PRONAF Cota-Parte: financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

PRONAF Microcrédito Rural: destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

De acordo com a Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, considera como agricultores familiares aqueles com os seguintes requisitos: área inferior ou igual a quatro módulos fiscais, mão de obra predominantemente da própria família, fonte de renda principalmente das atividades desenvolvidas ligadas à produção agrícola e a direção do estabelecimento por meio da família.

Santos (2006) diz que o conceito de agricultura familiar é um grande avanço para o desenvolvimento do espaço agrário brasileiro. O conceito orienta os rumos das políticas públicas, há uma grande necessidade de reflexão sobre o mesmo e das políticas norteadas por ele.

Com isso, podemos concluir que com a análise analítica e normativa realizada, a agricultura familiar apresenta raízes no campesinato que ainda estão presentes atualmente, como a reciprocidade, a ajuda mútua, mão de obra essencialmente familiar, a produção para o autoconsumo, a ligação com a terra, a gestão da propriedade familiar, entre outros. Essa categoria se adaptou ao sistema capitalista imposto, modificando a forma de produção e sua vida social tradicional,

mas mesmo assim são portadoras de uma tradição camponesa. Esse grupo passa a ser amparado por políticas públicas desde os anos de 1990, como o PRONAF que contribui para o desenvolvimento da agricultura familiar. E a Lei Nº 11.326/06 define a agricultura familiar por meio das diretrizes, mas para fins de financiamento, pois como podemos observar com a discussão analítica o conceito vai muito além dessa definição determinada pela referida lei.

2.2 Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil

O conceito de multifuncionalidade aparece pela primeira vez no Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), na cidade do Rio de Janeiro, onde representantes de diversos países discutiram temas sobre desenvolvimento sustentável, que culminou entre os documentos, na elaboração da chamada Agenda 21. E, durante a conferência ao determinar a promoção do desenvolvimento rural sustentável, os governos reconheceram a multifuncionalidade da agricultura.

A noção de multifuncionalidade da agricultura tem suas origens na Europa. A França é um exemplo relevante de adoção desse conceito na construção dos chamados Contratos Territoriais de Estabelecimentos. Esses contratos são:

> [...] entre agricultores e Estado acabam por representar um mecanismo de desenvolvimento voltado à manutenção das populações ainda no meio rural, não precisando, necessariamente, se ocuparem com atividades estritamente agrícolas. Isso já é fato na França, país tradicionalmente conhecido por sua importância na produção agrícola, ocupando altas posições no comércio europeu e mundial desses produtos, e que hoje se defronta com um novo cenário, o da diminuição da população rural ocupada com atividades agrícolas (MACHADO; CAUME, 2008, p. 9).

Maluf (2003) aponta que o rural no Brasil, identificado como heterogêneo e desigual, é bem diferente do rural europeu, onde surge a noção de multifuncionalidade. O referido autor apresenta que a noção de multifuncionalidade não pode ser transposta mecanicamente para a realidade brasileira:

> [...] em razão do papel central atribuído pela noção de multifuncionalidade da agricultura a atividade agrícola, em especial à produção agroalimentar na conformação do rural e na reprodução das famílias rurais. Observa-se, na Europa, uma espécie de “retorno” do produtivismo na direção de privilegiar a sustentabilidade ambiental e a qualidade dos alimentos produzidos, com base no que alguns denominam de “modelo agrícola europeu”. No Brasil, apesar dos sucessivos recordes de produção agrícola e do elevado grau de complexidade do sistema agroalimentar nacional, não se pode afirmar que esteja equacionada a questão da produção agroalimentar. Mas além da

> disponibilidade física de bens, é preciso levar em conta os aspectos socioeconômicos, culturais, espaciais e ambientais envolvidos na produção agroalimentar, no contexto de elevada heterogeneidade e desigualdade social que caracteriza o mundo rural no Brasil" (MALUF, 2003, p. 136).

O Brasil adota o conceito de multifuncionalidade na década de 1990, como instrumento de política pública para o apoio e promoção da agricultura familiar. A produção agrícola familiar é dita como "as que melhor expressam, efetiva ou potencialmente, o que a noção pretende como um objetivo de políticas públicas voltadas à promoção socialmente equitativos, ambientalmente sustentáveis e que valorizem a diversidade cultural e dos biomas" (CAZELLA, 2009, p.49).

Percebe-se na noção de multifuncionalidade a perspectiva de um novo paradigma de desenvolvimento rural, sustentado na relação entre sustentabilidade e multifuncionalidade. O primeiro como um conceito mais normativo e o segundo como um conceito mais analítico. SACHS (1993) apud GERARDI; SALAMONI (2001) sugere um conceito de sustentabilidade para o desenvolvimento, para que este seja capaz de melhorar as condições de vida das comunidades e, ao mesmo tempo, respeitar os limites da capacidade dos ecossistemas.

No Brasil, os conceitos de sustentabilidade e a multifuncionalidade são adotados no final dos anos de 1980 e início de 1990, respectivamente. Sendo que os governos passaram a incluir a sustentabilidade e a multifuncionalidade nos programas de desenvolvimento rural, voltado para a agricultura familiar. Pois, perceberam os efeitos negativos gerados pela modernização da agricultura, como o uso intensivo de insumos químicos e tecnológicos, provocando graves impactos ambientais e sociais.

Compreende-se, assim, que há uma relação entre multifuncionalidade e sustentabilidade, a partir do reconhecimento de que o agricultor familiar associa a produção agrícola com a conservação dos recursos naturais, pois o meio ambiente não é só a base de produção, mas um espaço relacionado à vida do agricultor e da reprodução social da família. Os dois conceitos englobam a questão ambiental, a produção agroecológica, a qualidade dos alimentos, as técnicas agrícolas tradicionais, o modo de vida das famílias, a reprodução socioeconômica das famílias, entre outros.

De acordo com Carneiro e Maluf (2003) a noção de multifuncionalidade é tomada como um "novo olhar" sobre a agricultura familiar, permitindo assim, analisar a interação entre famílias e territórios na dinâmica de reprodução social. "Isso

implica considerar os modos de vida das famílias rurais na sua integridade, e não apenas seus componentes econômicos [...]" (CARNEIRO; MALUF, 2003, p.21).

Carneiro e Maluf (2003) definiram quatro expressões da multifuncionalidade da agricultura familiar na realidade brasileira, são elas: **1) Reprodução socioeconômica das famílias rurais:** esta função faz referência à geração de trabalho e renda que possibilita às famílias permanecerem no meio rural com condições dignas; **2) Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade:** abrange a produção para o autoconsumo e para a comercialização. A agricultura familiar promove a segurança alimentar, seja na disponibilidade e acesso aos alimentos, como na qualidade dos mesmos; **3) Manutenção do tecido social e cultural:** se refere a valorização das relações com a natureza, as relações com parentes e vizinhos (sociabilidade), a reprodução das culturas locais e a produção de alimentos para a própria família. A agricultura é vista como um "modo de vida" que vai além da dimensão econômica da atividade agrícola; **4) Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural:** refere-se ao uso de recursos e sua preservação. O debate sobre esta função necessita ser expandida, identificando as contribuições ou danos provocados pela agricultura na paisagem rural.

É possível perceber que a multifuncionalidade não constitui um fenômeno novo, mas sim, são novas proposições teórico-metodológicas, conforme aponta Sacco dos Anjos e Caldas (2009):

> A multifuncionalidade representa um novo discurso que busca legitimar-se na contemporaneidade, apoiado em novos conceitos do ponto de vista da regulação das atividades socioeconômicas que afetam aos espaços não-densamente urbanizados (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2009, p. 24).

A multifuncionalidade é adotada no Brasil na década de 1990, mas as múltiplas funções fazem parte de uma realidade histórica e social. Candiotto (2009) aborda que no Brasil algumas funções já existiam, como por exemplo, a reprodução socioeconômica das famílias rurais, que é mantida até os dias atuais, mesmo com uma redução desde o êxodo rural da década de 1970. E, mesmo com o crescimento do agronegócio e a concentração fundiária no Brasil, a segurança alimentar das famílias (autoconsumo) e da sociedade é garantida no país. O que existe de novo é que a reprodução socioeconômica das famílias rurais não depende apenas das atividades agropecuárias, mas de atividades não-agrícolas (pluriatividade) exercidas

por membros das famílias rurais, seja dentro ou fora da unidade de produção e a segurança alimentar dá destaque à qualidade sanitária e nutricional dos alimentos.

Maluf (2003) aponta que “a promoção de uma agricultura multifuncional no Brasil não se desvincularia do aumento da produção agroalimentar” (MALUF, 2003, p. 149), pois os “elevados níveis de pobreza rural no Brasil, além de fatores como o acesso à terra e o nível de renda monetário auferido com a atividade agrícola própria, envolvem outros componentes que permitem relacionar o enfoque da multifuncionalidade da agricultura com o objetivo, obrigatória no Brasil, da erradicação da pobreza” (MALUF, 2003, p. 150).

Os debates sobre a multifuncionalidade da agricultura pretendem, entre outros, “reinterpretar o papel dos estabelecimentos rurais numa sociedade mais atenta à preservação do meio ambiente, à especificidade da paisagem rural e à qualidade dos alimentos” (CARDOSO; FLEXOR; MALUF, 2003, p. 60). Segundo os mesmos autores, está em questão a própria “função social” dos agricultores, de não valorizar apenas suas funções produtivas, mas, além disso, de reconhecer que eles desempenham um papel positivo na manutenção da natureza, da paisagem e do tecido social nos espaços rurais.

A abordagem da multifuncionalidade da agricultura valoriza as peculiaridades do agrícola e do rural e não apenas a produção de bens privados, “além dela repercutir as críticas às formas predominantes assumidas pela produção agrícola por sua insustentabilidade e pela qualidade duvidosa dos produtos que gera” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p.19).

Schmidt (2003) afirma que uma das principais atribuições da multifuncionalidade é contribuir para o desenvolvimento do espaço rural. Lauren (2000, apud Schmidt, 2003) indica que são diversas as atividades agrícolas que contribui para o desenvolvimento de uma região rural. Alguns estabelecimentos agrícolas cumprem o papel de empreendimento, com a criação de empregos e a produção de bens e serviços para o mercado. Alguns estabelecimentos são principalmente lugar de moradia, mas contribuem pela possibilidade de autoconsumo.

Segundo Maluf (2003), a noção de multifuncionalidade da agricultura proporciona uma abordagem articuladora entre a agricultura e o desenvolvimento local, “ao estabelecer uma ponte entre a atividade agrícola e o território e também ao

realçar seu papel na manutenção do emprego nas zonas rurais" (MALUF, 2003, p.150).

De acordo com Maluf (2003), o enfoque da multifuncionalidade além da unidade familiar rural, engloba o âmbito dos territórios onde as referidas unidades estão localizadas e também o âmbito da sociedade no qual se dá a formulação das políticas públicas.

> Nesses planos analíticos e de intervenção, passam a contar a forma de ocupação social do espaço agrário que se quer valorizar, bem como, as já mencionadas dimensões social, ambiental e cultural da produção agrícola. Portanto, o enfoque da multifuncionalidade valoriza o fomento à agricultura familiar, porém através de uma abordagem multifacetada e de instrumentos diferenciados em relação às tradicionais políticas de crédito à produção (MALUF, 2003, p. 139).

Carneiro e Maluf (2003) destacam que o debate sobre a multifuncionalidade ganha força num momento em que os agricultores familiares conquistam, mesmo que de forma insuficiente e parcial, o reconhecimento da própria condição de produtor agrícola com uma contribuição significativa para o mercado. Portanto, não se trata "da substituição da produção de riquezas materiais pala de riquezas imateriais, mas da afirmação da simultaneidade desta dupla dimensão, inerente ao ato de produzir e de viver em sociedade dos agricultores familiares" (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 15).

2.3 Uma discussão sobre a pluriatividade da agricultura familiar no Brasil e sua relação com a multifuncionalidade

Segundo Carneiro (2006), a noção de pluriatividade é introduzida no Brasil por meio do debate acadêmico nos anos de 1990, através de estudos sobre estratégias de reprodução social da agricultura familiar. O termo "pluriatividade vem sendo recorrentemente utilizado por estudiosos das condições de produção agrícola com base no trabalho familiar" (CARNEIRO, 2006, p. 165).

Desde o início dos anos de 1990, de acordo com Candiotto (2009), a pluriatividade vem aumentando no meio rural brasileiro, pois:

> [...] além da maior diversidade de atividades agropecuárias, são adicionadas novas atividades não agrícolas (indústrias, condomínios residenciais, áreas de lazer e turismo), e intensificadas diversas atividades para-agrícolas que agregam valor aos produtos in natura e processados. Esse contexto do rural contemporâneo vem diversificando as ocupações e a renda da população rural, e levando a implicações socioeconômicas e a mudanças no uso e na ocupação do espaço rural (CANDIOTTO, 2009, p. 3).

Na visão de Sacco dos Anjos (2003), a noção de pluriatividade se estabelece em um contexto, em que a agricultura estava perdendo do ponto de vista estrutural, sua importância relativa enquanto atividade produtiva, e ao crescimento da produção agropecuária e outros setores da economia mundial.

Schneider (2003) define a pluriatividade como um fenômeno em que os membros das famílias e agricultores que vivem no meio rural:

> [...] optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de diferentes atividades não-agrícolas, mantendo a moradia e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003, p. 91).

O conceito de pluriatividade vem sendo usado para "descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural" (SCHNEIDER, 2003, p. 79). E Carneiro (2006) compreende a pluriatividade como:

> "[...] a combinação da atividade agrícola com as atividades não-agrícolas por uma mesma unidade familiar, seria uma decorrência de "um transbordamento do urbano sobre o rural" (Silva, 1999) responsável pela introdução de novas alternativas de trabalho para a população rural, sobretudo aquela composta por famílias de pequenos agricultores (CARNEIRO, 2006, p. 166).

Segundo Alentejano (1999), a pluriatividade é uma estratégia de reprodução complementar dos agricultores, "como o assalariamento urbano, a transformação industrial ou artesanal da produção agrícola, e o desenvolvimento de atividades terciárias (serviços e lazer) na propriedade rural" (ALENTEJANO, 1999, p. 155).

Após discutir as correntes de interpretação da pluriatividade, Sacco dos Anjos (2003) sugere a seguinte conceituação para o termo:

> A pluriatividade é um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização com nível de propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 90).

As famílias pluriativas "são aquelas em que algum dos membros que compõem o núcleo familiar exerce um tipo de atividade considerada não agrícola" (SCHNEIDER, 2003 apud CANDIOTTO, 2007, p. 200). Sendo que os autores consideram que as atividades não agrícolas são tarefas que não abrange o envolvimento direto nos processos de produção vegetal e animal.

Candiotto (2007) discute que existe um debate referente aos pontos positivos e negativos da inclusão dos agricultores familiares brasileiros na pluriatividade, centrados em aqueles que consideram que o referido fenômeno pode contribuir para a “dinamização social e econômica das famílias que vivem e trabalham no campo; e aqueles que entendem a noção de pluriatividade, como mais um mecanismo de subordinação dos agricultores familiares ao capital” (CANDIOTTO, 2007, p. 201).

Schneider (2003) compreende a pluriatividade como algo positivo para a agricultura familiar devido às novas atividades no espaço rural. "A pluriatividade é vista como uma forma de acomodar a mudança, de se adaptar à realidade da agricultura, minimizando riscos, maximizando oportunidades, construindo uma família e permanecendo na terra" (SCHNEIDER, 2003, p. 97).

Já Carneiro (2003, apud Candiotto, 2007, p. 204) não se posiciona a favor ou contra o fenômeno de pluriatividade e defende a “necessidade de apreender as estratégias e ações da família e de seus membros, para verificar a viabilidade e as implicações da pluriatividade na agricultura familiar”. As atividades não agrícolas para Carneiro (1999), tanto podem

> [...] apontar para uma contradição entre a individualização da força de trabalho e o caráter coletivo da economia familiar como pode acarretar o resgate de laços de solidariedade intrafamiliares, fundamentais para a combinação do trabalho individual com os interesses coletivos (CARNEIRO, 1999, p. 335).

Marafon (2006) cita que a pluriatividade não deve ser considerada um fenômeno novo, mas uma característica histórica relevante de agricultores familiares, que muitas vezes, com a ideia de ampliar a renda, desenvolveram atividades não agrícolas.

Segundo Machado e Caume (2008), a modernização da agricultura no Brasil foi uma das causas que acabou contribuindo para a pluriatividade, pois muitos agricultores acabaram sendo excluídos por não terem condições de adotarem os pacotes tecnológicos e trabalhadores rurais ou membros de famílias de agricultores foram substituídos por novas funções desenvolvidas pelas máquinas.

Ainda os mesmos autores abordam que as atividades não agrícolas no Brasil, são formas e alternativas de atividades econômicas e empregos, para os agricultores excluídos no meio rural. Sendo que essas atividades surgem devido à maior relação com o meio urbano, dada o desenvolvimento dos meios de transporte

e comunicação, maior acesso à educação, melhora na infraestrutura no meio rural, com acesso à energia elétrica, estradas, pontes, desenvolvimento de pequenos comércios, acesso à saúde, escolas, entre outros.

Carneiro (2006) relata que a pluriatividade pode ser “uma dimensão da multifuncionalidade e que ambas são fenômenos recentes engendrados pelas novas configurações das relações campo-cidade e das novas articulações entre agricultura e sociedade” (CARNEIRO, 2006, p. 183).

Candiotto (2009) discorre que a introdução de novas atividades no espaço rural (turismo rural, produção agroecológica, formação de agroindústrias, entre outros), apontam um crescimento da pluriatividade e também um aumento multifuncional da agricultura, contribuindo assim, para o reconhecimento da agricultura familiar, para a conservação ambiental e valorização sociocultural.

Com isso, existe uma inter-relação entre a pluriatividade e a multifuncionalidade, mas são duas noções completamente diferentes. Sendo a primeira relativa ao trabalho, isto é, a combinação entre as atividades agrícolas e não agrícolas pelo grupo familiar e dentro ou fora do meio rural. E a segunda, se refere às múltiplas funções desempenhadas num determinado espaço, ou seja, nas unidades produtivas.

2.4 Desenvolvimento rural no Brasil

O debate acadêmico e político sobre desenvolvimento rural vem aumentando no Brasil nas últimas décadas. Sodré (2016) define o conceito de desenvolvimento rural:

> [...] mais do que uma proposição teórica passível de aplicação empírica, consiste antes em uma linha de pensamento para a transformação dos espaços rurais, que se compartimenta em diversas estratégias de ação com mecanismos próprios de operacionalização, apensados por objetivos comuns (SODRÉ, 2016, p. 100).

Segundo Navarro (2001), nos últimos 50 anos, a noção de desenvolvimento passou por dois momentos com uma singularidade histórica, com muitas discussões, instruindo programas governamentais, estimulando debates intelectuais e exclusivamente, instigando grupos sociais atraídos pelos ganhos com a referida noção.

O primeiro momento de acordo com Navarro (2001) surgiu nos anos de 1950, logo após a Segunda Guerra Mundial, prolongando-se até o final dos anos de 1970. Momento este marcado pela chamada Revolução Verde[3], sob um padrão tecnológico, implantado segundo Navarro (2001):

> [...] de forma significativa, rompeu radicalmente com o passado por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado. Com a disseminação de tal padrão na agricultura, desde então chamado de 'moderno', o mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) passou a subordinar-se, como mera peça dependente, a novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados, nos diferentes países. Esse período, que coincide com a impressionante expansão capitalista dos "anos dourados" (1950-1975), é assim um divisor de águas também para as atividades agrícolas, e o mundo rural (re) nasceria fortemente transformado, tão logo os efeitos desta época de transformações tornaram-se completos (NAVARRO, 2001, p. 84).

O governo militar brasileiro adotou o modelo da Revolução Verde nos anos de 1960 e 1970. E com a implantação do conjunto das tecnologias inovadoras nas regiões mais pobres haveria "aumentos na produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto, desenvolvimento rural" (NAVARRO, 2001, p. 84).

Mas, o processo de modernização da agricultura foi extremamente desigual e excludente, pois a agricultura patronal foi a mais favorecida com a implantação da Revolução Verde e muitos dos agricultores familiares não conseguiram se adequar as novas técnicas de produção e competir com os grandes agricultores patronais, com isso, muitos se endividaram com os empréstimos bancários que haviam feito para a aquisição dos pacotes tecnológicos e, em muitos casos, perderam a terra e foram obrigados a migrar para a cidade ou tornar-se assalariado nos grandes empreendimentos rurais. E, com a referida revolução, o país tornou-se um dos maiores produtores e exportadores de produtos agrícolas e os problemas nutricionais e da fome não foram resolvidos no país, consequentemente, houve um aumento na concentração fundiária, desemprego, êxodo rural, inchaço urbano, problemas ambientais, sociais, entre outros.

---

[3] O termo surgiu entre o final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, com a finalidade de acabar com a fome nos países em desenvolvimento. De acordo com Pereira (2012) a Revolução Verde foi imposta por meio dos pacotes tecnológicos – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, entre outros. Articulado ao difusionismo tecnológico e com a ideologia da importância do progresso. O referido modelo não considerou os saberes populares e as práticas agrícolas tradicionais, considerando como atrasadas.

De acordo com Navarro (2001), por volta dos anos de 1990 ocorre o segundo momento onde o debate sobre a noção de desenvolvimento rural no Brasil ressurge e período este caracterizado oposto ao primeiro. Segundo o referido autor:

> Um complexo conjunto de novos processos sociais e econômicos – associados usualmente à expressão "globalização" – veio à lume, alterando radicalmente a estruturação societária da maior parte dos países e seus modelos convencionais de interpretação e, por conseguinte, as propostas de ação, governamentais ou aquelas oriundas da sociedade civil. Criou-se, como se sabe, um período de incertezas e riscos, talvez sem precedentes. Neste quadro de mudanças rápidas, profundas e inéditas, o tema desenvolvimento – e desenvolvimento rural – gradualmente reapareceu no teatro dos debates e das disputas sociais, agora em escala global (NAVARRO, 2001, p. 85).

Também, desde os anos de 1990, crescem as discussões referentes ao desenvolvimento rural sustentável no país. Segundo Silva (2005 apud SODRÉ, 2016), o conceito surge devido aos anseios ambientais como o futuro do planeta, perante a excessiva exploração dos recursos naturais estabelecida com o modelo de produção fordista e pela impossibilidade do referido modelo de diminuir a pobreza nos países do sul.

O conceito de desenvolvimento rural sustentável não leva em consideração apenas o crescimento econômico, mas também aspectos sociais, culturais, ambientais, entre outros. E tem o intuito de melhorar as condições de vida das famílias que vivem no meio rural respeitando o meio ambiente.

Para Terluin (2003 apud KAGEYAMA, 2004) o estudo sobre o desenvolvimento rural dificilmente pode ser explicado por somente uma das teorias dos diversos campos de estudo. No que se refere ao campo de estudo sobre o meio rural podem ser constatados três aspectos, são eles: desenvolvimento exógeno, desenvolvimento endógeno e o terceiro seria uma combinação dos dois. No primeiro, o desenvolvimento rural é determinado por forças externas e inserido em determinadas regiões, um exemplo é o das políticas de modernização da agricultura para a promoção do desenvolvimento rural. O desenvolvimento endógeno se refere ao desenvolvimento local, concebido por impulsos locais e com recursos em sua maioria locais, o exemplo, são os modelos dos distritos industriais. E o desenvolvimento rural pode ser "uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões" (TERLUIN, 2003 apud KAGEYAMA, 2004, p. 3).

É importante ressaltar que atualmente os estudos acerca do desenvolvimento rural no Brasil estão direcionados para a agricultura familiar. E que a noção de desenvolvimento rural sustentável possui uma relação com o conceito de multifuncionalidade. Wanderley (2003, p. 14) afirma que a multifuncionalidade da agricultura familiar "poderá ajudar a fazer emergir a consciência sobre a ampla e diversificada contribuição dos agricultores para o dinamismo da sociedade, e reforçar uma perspectiva inovadora do desenvolvimento rural".

Segundo Carneiro e Maluf (2003) a multifuncionalidade da agricultura familiar é introduzida "na problemática do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que oferece as bases para que sejam repensadas as políticas agrícolas em vigor no tocante as transferências sociais de benefícios aos agricultores" (CARNEIRO; MALUF, 2003, p.18).

Machado e Caume (2008) discorrem que o aumento das atividades não-agrícolas está presente nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Sendo que a noção de pluriatividade:

> [...] ilustra tanto a capacidade e necessidade de agricultores familiares não totalmente inseridos na moderna dinâmica agroindustrial e de mercado de criarem saídas para problemas advindos do caráter excludente que caracterizou a evolução da agricultura nos últimos anos e conformou o agronegócio mundial, como também, e acima de tudo, ilustrar a busca de alternativas para o desenvolvimento e a continuidade da família no meio rural (MACHADO; CAUME, 2008, p. 99).

Assim, a multifuncionalidade e a pluriatividade da agricultura promovem o desenvolvimento rural voltado à agricultura familiar no Brasil. E, o desenvolvimento rural passa pela criação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, que tem como um dos objetivos promover o fortalecimento dessa categoria.

Uma das políticas públicas implantadas no país com o foco na agricultura familiar é o PRONAF. Segundo Aquino e Schneider (2015), com o discurso governamental a mencionada política pública seria o principal instrumento usado para construir um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil.

> O PRONAF é um programa que se propõe a apoiar o desenvolvimento rural, tendo por fundamento o fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de emprego e renda. É um programa de parceria que envolve os governos municipais, estaduais e federal e a iniciativa privada, executado de forma descentralizada, tendo como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações (MA/SDR/PRONAF, 1996, p. 6).

O PRONAF financia projetos individuais e coletivos para os agricultores familiares e assentados de reforma agrária. O programa possui várias linhas de

crédito conforme mencionadas anteriormente, que podem ser acessadas em custeio da safra ou atividades agroindustriais e investimento em máquinas, equipamentos, ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários (MDA, SAF, 2016).

De acordo com Aquino e Schneider (2015), o programa se transformou em um instrumento de suma importância para o apoio à agricultura familiar no país. Onde se teve um aumento significativo de beneficiários atendidos, como nos recursos concedidos. Mas os mencionados autores abordam que ao longo da sua trajetória, o PRONAF foi se destinando principalmente para um determinado tipo de agricultores familiares do sul e sudeste do país e dedicado a produção de commodities.

Gazolla e Schneider (2005) ao analisar o PRONAF, considerando o fortalecimento da produção para o autoconsumo e a segurança alimentar na região do Alto Uruguai – RS, concluíram que o PRONAF apresentava “duas caras”, sendo que de um lado o programa incentiva o padrão produtivista na região e do outro lado, estimula atividades produtivas voltadas para a segurança alimentar e a produção agroecológica.

O debate sobre a multifuncionalidade da agricultura no Brasil, já vem acontecendo, por meio das pesquisas desenvolvidas sobre o tema e pelo PRONAF, por exemplo, que “expressa uma abordagem mais ampla sobre as características da agricultura familiar e seu papel no desenvolvimento, mesmo sem explicitar a noção de multifuncionalidade” (MALUF 2002, apud, MORAES; VILELA, 2003, p.105). Segundo Machado e Caume (2008) as iniciativas também podem ser observadas através de algumas linhas de financiamento do PRONAF e “além de incentivos à extensão rural e a pequena agroindustrialização de produtos agrícolas, estímulos a práticas associativas dos produtores, e fornecimento de créditos diferenciados” (PRONAF, 2005 apud MACHADO; CAUME, 2008, p. 10).

Apesar do PRONAF apresentar limitações na prática, essa política pública acaba propiciando para os agricultores familiares acesso ao crédito, promovendo o apoio e a promoção da agricultura familiar no Brasil e, por consequência, o desenvolvimento rural.

Outras políticas públicas foram direcionadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, como: O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O primeiro programa surgiu em

2003, no interior do Programa Fome Zero e ganha maior dimensão por ser uma proposta inovadora ao proporcionar de forma articulada o desenvolvimento da agricultura familiar e a redução da vulnerabilidade social. O programa foi criado com o objetivo de assegurar o fornecimento de alimentos em quantidade, qualidade e apropriada para grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, promovendo a inclusão social dessa população e também incentivar o fortalecimento da agricultura (BECKER; SACCO DOS ANJOS, 2010 apud SODRÉ, 2016).

O segundo programa criado em 1954, com o objetivo de diminuir a ausência nutricional de alunos de baixa renda. Porém na Constituição de 1888, foi assegurado o direito à alimentação escolar para todos os alunos do ensino fundamental (BELIK e CHAIM, 2009, apud SODRÉ, 2016). E, no ano de 2009, com a Lei 11. 947/09 o PNAE passa a ser ampliado e dispõe sobre a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para alimentação escolar, na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que incentiva o desenvolvimento da agricultura familiar.

As três políticas públicas apresentadas levam em consideração as múltiplas funções da agricultura familiar mesmo sem mencionar o conceito. Mas os governos deveriam ter mais iniciativas aliando o conceito de multifuncionalidades, ou seja, associando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Bem como, deveriam criar e implantar outras políticas públicas para uma maior valorização das atividades não agrícolas no meio rural.

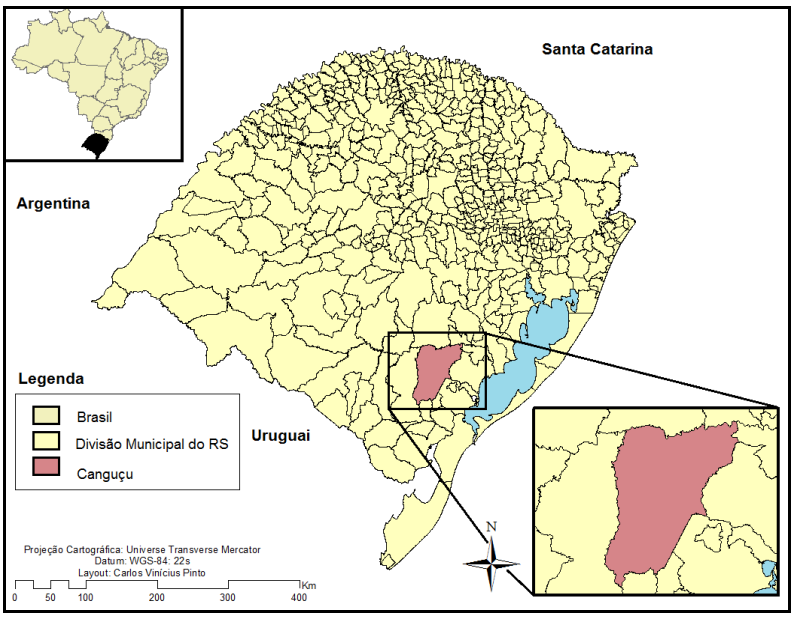
3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Para caracterizar a área de estudo, destacam-se aspectos do município de Canguçu - RS, como: localização, formação histórico-espacial do município, dados socioeconômicos, estado da arte sobre a agricultura familiar na área de estudo e análise da paisagem. Cabe ressaltar, que a caracterização da área de estudo terá o município como escala de análise.

3.1 Localização do município de Canguçu/ RS

O Município de Canguçu está localizado na região fisiográfica da Serra do Sudeste, que é conhecida como Serra dos Tapes[4], no Escudo Cristalino sul-riograndense, conforme a Figura 1. Os municípios que fazem limite com Canguçu são: Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador, Cristal, Cerrito, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Piratini. A área de estudo fica aproximadamente 274 km de distância da capital do Rio Grande do Sul.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Canguçu/RS



Fonte: Elaborado Por Carlos Vinícius Pinto, 2015.

[4] Compreende o compartimento de relevo ao Sul do rio Camaquã e, ainda segundo Grando (1989), é a parte do sistema formado pela Serra do Sudeste (SALAMONI; WASKIEWCZ, 2013).

3.2 A formação histórico-espacial do município de Canguçu

Viera (2012), ao analisar a formação histórica do município de Canguçu, entende que embora tenha sido integrado tardiamente ao processo de ocupação do território nacional, teve seu desenvolvimento de forma desigual em termos econômicos, temporais e espaciais. As áreas mais férteis e planas foram destinadas à pecuária extensiva. Já nas áreas com declividade acentuadas foi permitida a ocupação por agricultores familiares, que destinavam sua produção basicamente ao abastecimento do grupo familiar.

De acordo com Bento (2007), os primeiros habitantes do município de Canguçu foram os índios Tapes que emprestaram o nome a serra onde o município está localizado. Com relação ao referido grupo indígena, seus últimos remanescentes em Canguçu, ao que se sabe, findaram seus dias na localidade do Posto Branco do mesmo município na década de 1930.

Foram concedidas datas de terras a famílias açorianas, em 1756. Nessa época, a pecuária teve grande impulso nos campos adjacentes as atuais localizações do sítio urbano de Canguçu e Canguçu Velho. Havia a presença de lavouras diversificadas, onde era cultivado milho, feijão, abóbora e mandioca.

Entre 1780 a 1800, o trigo passou a ser o produto mais cultivado pelos colonizadores, porém, logo perde espaço para a pecuária devido à proximidade com as charqueadas que se instalaram no século XIX no município de Pelotas. A Capela Nossa Senhora da Conceição de Canguçu foi erguida devido às estratégias militares, disputa de terras e por anseio dos moradores por assistência religiosa. E a fundação ocorreu em 1ª de janeiro de 1800, com o lançamento da pedra fundamental da referida capela.

No início do século XX o município recebe contingentes de colonos alemães, pomeranos e italianos provenientes de colônias[5] próximas (município de Pelotas e São Lourenço do Sul). Conforme Neves (2008):

> "As designações 'colônia alemã' ou 'italiana', enfim, as adjetivações étnicas, corriqueiras ontem e hoje, têm forte apelo identitário e, de fato, expressam

[5] O termo colono tem origem na administração colonial: "para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização" (SEYFERTH, 1992, p. 80). Para esta autora (1992, p. 80), "colono é a categoria designativa do camponês... e sua marca registrada é a posse de uma colônia... a pequena propriedade familiar". No sul do Brasil, "reconhecem-se e são conhecidos como colonos os agricultores descendentes de imigrantes europeus - aí excetuados os portugueses - que vivem e trabalham na terra em unidade de produção familiar" (SALAMONI; WASKIEWCZ, 2013, p. 78).

> diferenças culturais. Mas, todas surgiram do interesse político voltado para um tipo de exploração agrícola que, mais recentemente, é chamado de 'agricultura familiar'" (NEVES, 2008, p. 47).

Esses colonos vieram para povoar as terras não utilizadas pela atividade pastoril. Com a chegada dos imigrantes europeus não portugueses no município houve um incremento no desenvolvimento da policultura (trigo, milho, feijão, batata inglesa) e na criação de animais de pequeno porte (aves, suínos) e da pecuária leiteira, favorecendo o surgimento da produção familiar na agricultura do município.

Ao longo das décadas de 50 e 60, houve melhorias nas estradas, construção de pontes de madeira, o que permitiu um maior acesso à área urbana. Com isso, os produtores familiares estabeleceram certo dinamismo às suas propriedades e à agricultura que, por consequência, passou a comercializar de forma mais intensa o excedente da produção.

Ao longo das décadas de 1970-1980 a produção de pêssego ganhou destaque, para atender a demanda de matérias-primas para indústrias de doces e conservas, localizadas no município de Pelotas. Também nos anos 70 instalou-se em Canguçu a indústria LEGRAND/S.A vinculada ao grupo AGAPÊ, assim, muitos dos agricultores familiares abandonaram o campo e foram para a cidade de Canguçu, para trabalhar na indústria.

Com o declínio do mercado consumidor de pêssego, no final da década de 90, as empresas fumageiras perceberam que Canguçu apresentava condições favoráveis para a expansão da produção de tabaco, o mesmo já estava presente desde os anos 60 no município de canguçu, que passa a ser a cultura agrícola predominante.

Com isso, Canguçu é um município predominantemente rural e de economia embasada nas dinâmicas sociais e produtivas da agricultura familiar, que se formou a partir da colonização açoriana, no século XVIII, e alemã, pomerana e italiana, no século XIX.

3.3 Dados socioeconômicos sobre o município de Canguçu

Canguçu se emancipou do município de Piratini em 1857, sendo o 22ª município criado no estado do Rio Grande do Sul. O município conta com uma área de 3.525 Km², dividida em cinco distritos, segmentadas em 81 localidades. Na

Tabela 1, observa-se segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que em 2010 a população de Canguçu apresentava 53.259 habitantes, sendo 63,02%moradores na zona rural e 36,98% moradores na zona urbana.

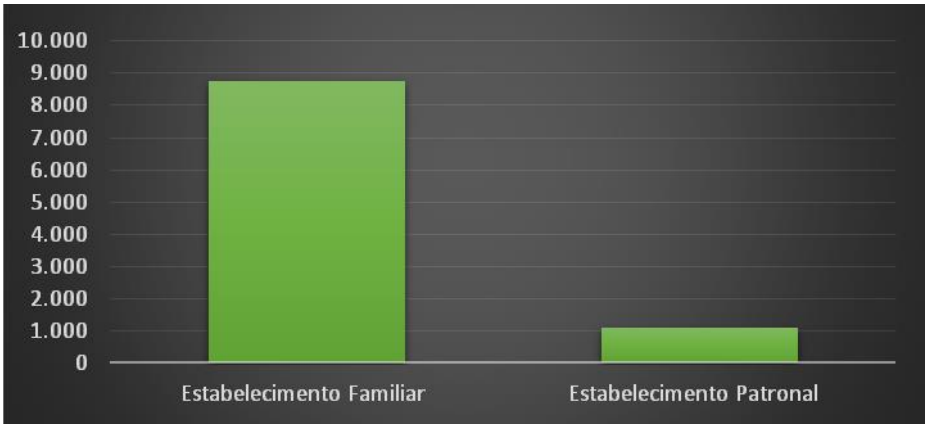
Tabela 1 – População do município de Canguçu/RS

População	Número de Habitantes	Número de Habitantes (%)
População Rural	33.565	63,02
População Urbana	19.694	36,98
Total	53.259	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

A diversidade de formas de organização espacial do rural em Canguçu está relacionada aos aspectos físico-naturais, ao processo de formação histórica e a significativa presença da agricultura familiar. O município possui o maior número de pequenas propriedades familiares, sendo que o mesmo é chamado de Capital Nacional da Agricultura Familiar. O número de estabelecimentos familiar e não familiar do município de Canguçu (Figura 2) está representado por um total de 9.881 estabelecimentos agropecuários, sendo que 8.774 são estabelecimentos familiares e 1.107 são estabelecimentos não familiares ou patronais (IBGE, 2006).

Figura 2 – Número de estabelecimentos familiares e não familiares do município de Canguçu



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006.

Com base nas informações de dados secundários da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul, a seguir são apresentados

alguns dos principais produtos agrícolas que são desenvolvidos pela agricultura familiar do município de Canguçu.

Atualmente o cultivo do pêssego não é destaque se comparado com décadas anteriores, mas, é expressiva e, segundo os dados da FEE (2014), a quantidade produzida em 2014 foi de 17.500 toneladas.

Um grande número dos agricultores se dedica ao cultivo do tabaco, por ser vantajoso economicamente e se adaptar as características da agricultura familiar do município, a mesma é a cultura predominante. De acordo com os dados da FEE, em 2014 a quantidade produzida chegou a 24.200 toneladas.

A produção do milho no município em estudo, segundo os dados da FEE no ano de 2014, foi de 54.000 toneladas. Para Gazolla e Schneider (2006), o milho apresenta múltiplos usos e finalidades, o mesmo pode ser consumido verde ou semi-seco, na forma de canjica, pode ser depositado na lavoura ou no galpão para ser usado como semente na próxima safra e pode ser usado na alimentação dos animais.

A atividade leiteira é dirigida tanto para o autoconsumo (do produto e seus derivados) quanto para o mercado. A quantidade produzida em 2014, de acordo com os dados da FEE, foi 25.620 mil litros. O leite além de ser um produto indispensável na alimentação humana, é uma atividade importante para a agricultura familiar, pois apresenta uma fonte de renda mensal para as famílias, ao contrário de outras culturas e criações.

Com relação a pecuária, os dados da FEE (2014), destacam as criações de bovinos (135.675 mil cabeças), ovinos (43.456 mil cabeças) e suínos (24.615 mil cabeças). Sendo que a criação de animais é muito importante na alimentação das famílias rurais.

3.4 Estado da arte sobre o tema da agricultura familiar no município de Canguçu

Considera-se relevante elaborar o estado da arte por duas razões, uma por fazer a relação das pesquisas desenvolvidas sobre a agricultura familiar do município de Canguçu com o tema da multifuncionalidade, e a outra, com a finalidade de divulgar alguns dos trabalhos produzidos sobre o tema da agricultura familiar na área de estudo. Com isso, apresentam-se os resumos das pesquisas

apresentadas na forma de monografias, dissertações e teses, seguidas de um comentário relacionando com o tema da multifuncionalidade.

Voigt (2000) em seu trabalho sobre a agricultura familiar buscou “caracterizar o segmento das pequenas propriedades de produção familiar no município de Canguçu – RS” (VOIGT, 2000, p. 1). A mesma traçou “um perfil da agricultura no município, destacando o segmento das pequenas propriedades familiares” (VOIGT, 2000, p. 1).

A pesquisa constatou que a situação dos agricultores familiares do município de Canguçu é preocupante. “O produtor está totalmente descapitalizado, sem condições de investir no processo produtivo. O solo está desgastado, oferecendo baixa produtividade nas culturas e criações exploradas no município” (VOIGT, 2000, p. 51).

Voigt (2000) demonstra que a agricultura familiar do município não tem incentivos do governo, mas é nela que se encontram as perspectivas de desenvolvimento para os produtores do município. O trabalho é caracterizado como familiar e as decisões sobre o que produzir está baseado na garantia da sobrevivência e permanência da família na agricultura e no abastecimento do mercado com alimentos e matérias-primas.

Atualmente, os agricultores familiares de Canguçu têm mais acesso aos incentivos do governo, como as políticas públicas, entre elas: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, entre outros. Entretanto, um dos grandes problemas ainda é a falta de mercado para toda a produção. A agricultura familiar do município não fornece apenas alimentos e matérias-primas, observa-se a multifuncionalidade no espaço rural.

Simch (2002) “propõe a estudar a Agricultura Familiar no município de Canguçu – RS, buscando identificar os diferentes “tipos” de agricultores familiares, caracterizá-los, e verificar as possibilidades de cada um perante a globalização” (SIMCH, 2002, p. 14). Os produtores foram tipificados de acordo com a metodologia proposta por Lamarche (1998 apud SIMCH, 2002), sendo que as explorações familiares se situam entre os extremos de uma lógica totalmente familiar, de produção para o autoconsumo, aliada ao baixo nível tecnológico e total independência do mercado até a completa integração com o mercado capitalista.

A pesquisa elaborada por Simch (2002) constatou que entre os 369 produtores estudados do município de Canguçu, obtidos no Cadastro de Produtores de Frutas e Hortaliças da Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul, foram identificados os quatros grupos propostos por Lamarche: o Modelo Empresa, Modelo Empresa Familiar, Modelo Agricultura Familiar Camponesa ou de subsistência e o Modelo Agricultura Familiar Moderna. E que os Modelos Agricultura Familiar Moderna e Agricultura Camponesa ou de Subsistência, "que se caracterizam pela lógica pouco dependente do mercado, concentram a maior parte dos agricultores de Canguçu, e justamente na baixa dependência do mercado, está sua imensa capacidade de superar crises, e de sobrevivência a nova ordem econômica da globalização" (SIMCH, 2002, p. 15).

Canguçu é um município predominantemente rural e de economia embasada nas dinâmicas sociais e produtivas da agricultura familiar. O potencial da agricultura familiar no que se refere à força produtiva é essencialmente do trabalho familiar, as técnicas tradicionais também estão presentes, apesar de todas as mudanças ocorridas com o processo de modernização da agricultura.

Röhnelt (2007) aborda em seu trabalho "as dificuldades encontradas pelos pequenos produtores familiares do 4ª distrito do município de Canguçu, na luta de se reproduzirem socioeconomicamente, na sua forma particular de produção, a qual se estabelece em produzir com a sua família e para a sua família" (RÖHNELT, 2007, p. 6). A autora analisa as diferentes formas de adaptação encontradas pelos agricultores familiares para se manterem ativos em suas atividades, por exemplo, se inserir no Complexo Agroindustrial, com a finalidade de permanecer no meio rural motivada por sua reprodução social.

Muitos dos agricultores familiares do município de Canguçu, nas últimas duas décadas, integraram-se aos Complexos Agroindustriais, tendo assim uma garantia da comercialização dos produtos agrícolas. Porém, o autoconsumo é uma prática que faz parte do modo de vida das unidades familiares da área estudada. Com isso, além da produção para o mercado, há a promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais, que é uma das dimensões básicas da multifuncionalidade.

A mesma autora buscou em outra pesquisa "identificar os espaços de participação das mulheres camponesas nas atividades socioprodutivas, um estudo de caso, na localidade da Trapeira, do município de Canguçu - RS" (RÖHNELT,

2011, p. 6). A partir disso, “compreender a importância do papel assumido pela mulher na reprodução social da unidade familiar, o qual combina atividades agrícolas e não agrícolas, caracterizando a existência da pluriatividade no âmbito da agricultura familiar camponesa” (RÖHNELT, 2011, p. 6).

Röhnelt (2011) constatou que a participação das mulheres no contexto da agricultura familiar abrange atividades e obrigações a ser desempenhado que vai além da produção e se constitui num modo de vida. Nas unidades produtivas, a mulher assume um papel central visto que atua em diversas esferas da vida camponesa e também na geração de renda agrícola e não agrícola.

A participação das mulheres é muito relevante na produção de matéria-prima, alimentos, criação de animais, tanto para o mercado quanto para o autoconsumo. As mesmas envolvem-se também com o artesanato doméstico, na agroindústria familiar, entre outras atividades não agrícolas, que são alternativas de geração de renda para as famílias. Com o isso, há a presença da multifuncionalidade e da pluriatividade nas propriedades rurais familiares da área estudada.

A pesquisa desenvolvida por Moura (2008) teve como objetivo “examinar a situação atual e as perspectivas da fumicultura em uma das áreas produtoras de fumo do Brasil e do Rio Grande do Sul: O município de Canguçu, mais especificamente a localidade da Favila” (MOURA, 2008, p. 6). O foco da pesquisa se concentrou “nos conflitos que existem entre o marco legal (legislação), os técnicos das empresas fumageiras e as práticas dos agricultores com relação aos agrotóxicos utilizados no fumo” (MOURA, 2008, p. 6). A pesquisa analisou a integração dos agricultores familiares aos Complexos Agroindustriais e o processo de subordinação e dependência aos referidos Complexos. “Atualmente, o processo de inserção socioeconômica dos produtores familiares é feito mediante a exploração agrícola e, na maioria das vezes, a produção atende apenas as necessidades de autoconsumo do agricultor” (MOURA, 2008, p. 6).

Atualmente, um número expressivo dos agricultores familiares se dedica ao cultivo do tabaco, sendo a cultura predominante. Os produtores integrados aos Complexos Agroindustriais acabam perdendo parte de sua autonomia na produção, mas devido a vários fatores como, o tamanho da propriedade, a mão de obra familiar, mecanismos de comercialização garantida, entre outros, faz com que muitos dos agricultores cultivem o tabaco no município. E, além da produção do fumo, em

muitos casos há a produção de alimentos e criação de animais apenas para o autoconsumo da família, com isso, as propriedades são multifuncionais.

Belletti (2008) em seu trabalho fez “uma caracterização socioespacial dos agricultores de base agroecológica da localidade do Remanso – 1ª distrito de Canguçu/RS” (BELLETTI, 2008, p. 5). De acordo com a mesma autora, a partir dos anos de 1960 e 1970 o cenário agrícola sofreu transformações com a chamada Revolução Verde, apoiado no aumento da produção de alimentos, para que isso ocorresse o solo foi degradado e contaminado pelo uso excessivo de produtos químicos. Para a conservação do modelo convencional seria preciso muitos investimentos financeiros. Com isso, surge a agroecologia como alternativa do sistema agrícola convencional. Mas a transição da agricultura convencional para a agroecologia se dá de maneira lenta. “A agroecologia pretende restabelecer as relações harmônicas entre o homem e seu espaço natural, para que ele possa atender as suas necessidades sem comprometer as necessidades das gerações futuras” (BELLETTI, 2008, p. 5).

Além da produção agrícola convencional, a produção agroecológica está presente no município de Canguçu. Uma das questões que a multifuncionalidade da agricultura familiar abarca é a produção agroecológica, a mesma não considera só o aumento da produção, mas a preservação dos agroecossistemas e das práticas agrícolas tradicionais.

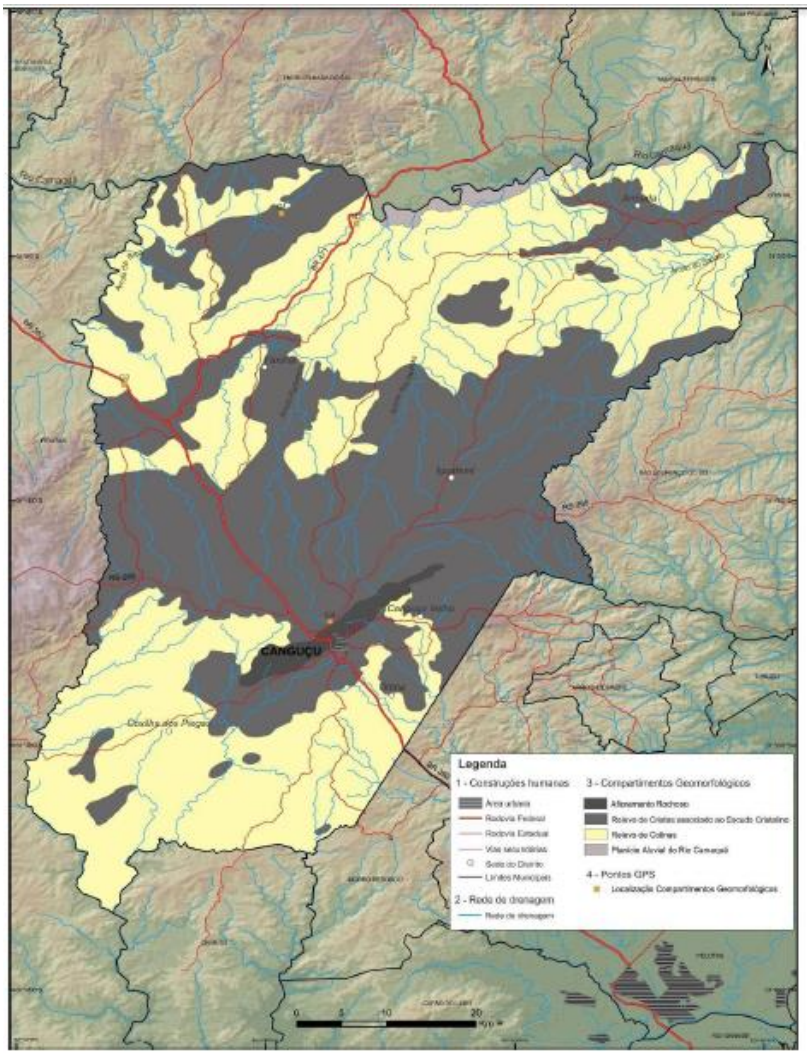
Mais recentemente, Pranke (2013) em seu estudo que foi realizado na localidade Estância da Figueira – Canguçu/RS, teve como objetivo “identificar a importância da produção para o autoconsumo combinado com a produção para o mercado, na manutenção e reprodução social e territorial das unidades familiares” (PRANKE, 2013, p. 5). Para compreender a importância da produção para o autoconsumo na manutenção e reprodução das unidades familiares foram usados dados primários e secundários. A partir desse estudo, entende-se que a produção para o autoconsumo é responsável pela reprodução socioeconômica das famílias rurais da localidade. Assim, possibilita que os agricultores familiares permaneçam no meio rural em condições dignas.

3.5 O caráter multifuncional da paisagem rural do município de Canguçu

A paisagem rural do município de Canguçu é analisada levando em conta os compartimentos geomorfológicos e suas transformações. No mapa geomorfológico do município de Canguçu/RS (Figura 3) nota-se que o mesmo é formado por três compartimentos geomorfológicos (cristas, colinas e planície aluvial do Rio Camaquã). E, a Tabela 2, traz dados por meio de valores absolutos e respectiva porcentagem da área que cada compartimento geomorfológico ocupa em Canguçu.

De acordo com Viera (2012), no Compartimento Geomorfológico de Cristas predomina o cultivo do fumo, feijão, milho e pêssego e a criação da pecuária bovina de leite. No Compartimento Geomorfológico de Colinas predomina o cultivo do fumo, feijão, milho, soja, florestas exóticas, frutíferas e a criação da pecuária bovina de corte e leite. E no Compartimento Geomorfológico da Planície Aluvial do Rio Camaquã predomina o cultivo do arroz irrigado e a criação de gado bovino de corte.

Figura 3 – Mapa geomorfológico do município de Canguçu/RS



Fonte: MDT - Aster Gedem; Construções Humanas - IBGE; Drenagem Agência nacional de águas; Adaptado de Cunha et al. (1997) e trabalho de campo 2010/2011 na escala 1:50.000 apud VIERA (2012, p. 60).

Tabela 2 – Compartimentos geomorfológicos, área ocupada e porcentagem abrangida em Canguçu/RS

Compartimentos Geomorfológicos	Área (ha)	Área (%)
Relevo de Cristas	168.575	48
Relevo de Colinas	180.686	51
Planície Aluvial do Rio Camaquã	3.256	1
Total	**352.517**	**100**

Fonte: IBGE (2010) e Mapa Geomorfológico, apud VIERA (2012, p. 63).

Analisando a Figura 4 observa-se que as áreas acidentadas estão associadas ao Escudo Cristalino, que é uma das características do Compartimento Geomorfológico de Cristas**.** Observa-se que a lavoura de milho, que é um cultivo de

suma importância para os agricultores familiares, tem presença significativa nessa categoria. Percebem-se nesse compartimento, as transformações ocorridas na paisagem rural (Figura 4), como por exemplo, a presença das estufas de fumo. Essas construções alteraram a paisagem e ocorreram de forma mais intensa com a expansão da produção do tabaco no final dos anos de 1990, modificando o uso do solo com o cultivo do mesmo. Também se nota o plantio no nabo forrageiro, muito usado na adubação verde do cultivo do tabaco. Mas, a paisagem em análise engloba, além disso, o espaço de vida dos agricultores familiares, a produção de alimentos e criação de animais, geralmente para o autoconsumo, bem como, nota-se a presença da vegetação nativa preservada.

Figura 4 – Compartimento geomorfológico de Cristas

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

O Compartimento Geomorfológico de Colinas pode ser observado na Figura 5, com um relevo levemente ondulado associado ao Escudo Cristalino. Observa-se na Figura 5 que nos tipos de uso do solo está presente a vegetação nativa, o cultivo do eucalipto que modifica parte da paisagem e a lavoura de resteva da soja. Há alguns anos atrás nessas áreas, existia, principalmente, o cultivo do milho, feijão,

pêssego, fumo e a criação da pecuária bovina de corte e leite. Mas, nos últimos anos nota-se a expansão do cultivo da soja, pois além da agricultura patronal, alguns agricultores familiares do município estão cultivando a mesma nas áreas mais planas, mas em pequena escala, aliadas à produção para o autoconsumo.

Figura 5 – Compartimento geomorfológico de Colinas

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

De acordo com Viera (2012), dentro do Compartimento Geomorfológico de Cristas foi verificada outra unidade particular – representada pelo Afloramento Rochoso (Figura 6). Esse espaço está ocupado pela agricultora familiar, onde se observa a vegetação nativa preservada e o afloramento rochoso restringindo o uso agrícola.

Figura 6 – Afloramento rochoso no compartimento geomorfológico de Cristas

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

E, a unidade de relevo menos representativa denominada Planície Aluvial do Rio Camaquã (Figura 7), ocupa apenas 1% da área do município de Canguçu. É uma área plana, com pouca presença de vegetações de grande porte, ocupada pela agricultura patronal onde é cultivado principalmente o arroz irrigado, a soja e a criação da pecuária bovina de corte.

Figura 7 – Compartimento geomorfológico da Planície Aluvial do Rio Camaquã

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A partir da análise empírica da paisagem pode-se perceber que a função de conservação do patrimônio natural, associada a noção de multifuncionalidade da agricultura, é reforçada pela interação entre a base geomorfológica e as formas sociais, impressas ao longo do tempo, resultando na materialidade da paisagem.

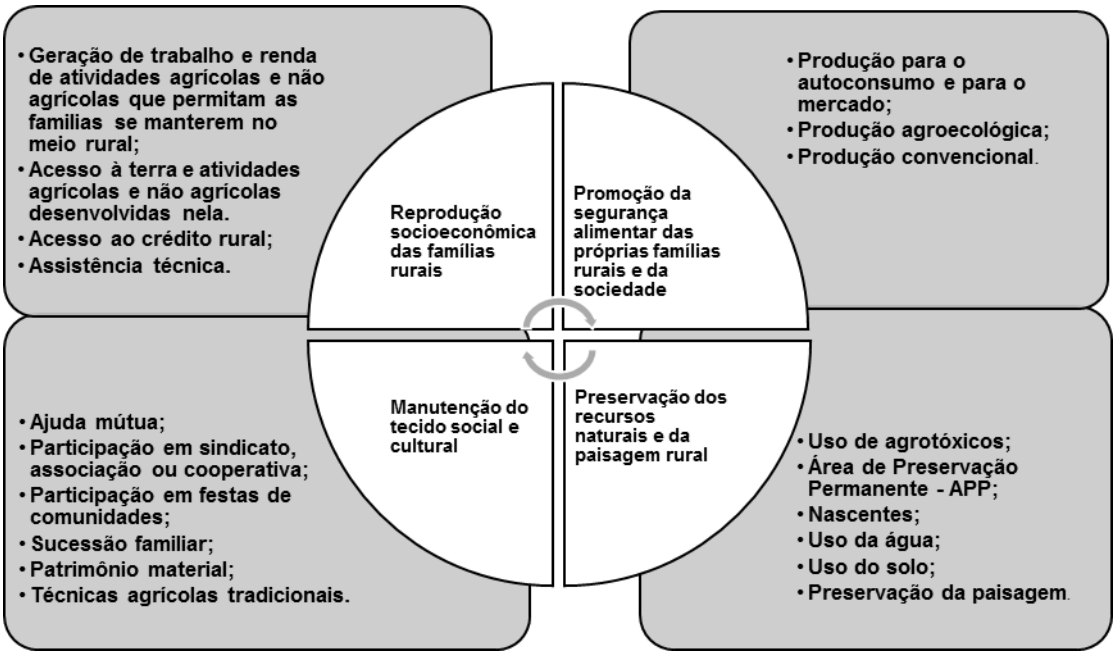
Ao longo do tempo a paisagem rural do município de Canguçu sofreu transformações, próprias do sistema capitalista. Mas é notório, com a análise efetuada na escala local, que além das transformações por atividades agrícolas com técnicas modernas, os agricultores familiares preservam parte dos recursos naturais e da paisagem rural, pois os mesmos não consideram o espaço rural apenas como um local de produção, mas de reprodução social e de vida.

Porém, uma questão preocupante é em relação à expansão do cultivo da soja, o qual tem comprometido a manutenção da diversificação produtiva na agricultura familiar. Com isso, é preciso pensar em estratégias e políticas públicas para o planejamento e gestão da paisagem. E, para a promoção do desenvolvimento rural na escala local devem ser considerados os fatores exógenos (políticas públicas) e endógenos (demandas e necessidades dos agricultores familiares), mediados por agentes de pesquisa e extensão rural.

4 ESTUDO SOBRE A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ESCALA LOCAL

Este capítulo tem como objetivo caracterizar as funções da agricultura familiar na localidade da Glória, por meio dos parâmetros da multifuncionalidade da agricultura familiar (Figura 8).

Figura 8 – Parâmetros da multifuncionalidade da agricultura familiar



Fonte: Adaptado pela autora de (CARNEIRO e MALUF, 2003).

Serão apresentados os resultados da pesquisa de campo (Apêndice A), efetuada na primeira quinzena do mês de agosto de 2016, com 12 agricultores familiares da localidade da Glória, atendidos pela EMATER e vinculados na Chamada Pública Sustentabilidade (Ver capítulo 1).

A localidade da Glória representa o recorte espacial do presente trabalho e está localizada no primeiro distrito do município de Canguçu – RS, conforme Figura 9. Quanto à denominação da referida localidade, segundo alguns moradores mais antigos da localidade significa uma homenagem a Glória, que era uma antiga professora e moradora da localidade.

Dos anos de 1990 a aproximadamente metade dos anos 2000, ocorreu 6 edições da Expo-Tomate, que aconteceu no Centro Comunitário e Recreativo da Glória. Está era uma feira que tinha como objetivo divulgar a importância da cultura do tomate para o município e região, já que na localidade concentrava-se a maior parte da produção de tomate do município de Canguçu. A comercialização do produto era feita no comércio atacadista de Pelotas, Porto Alegre e Santa Maria. Mas o evento não está acontecendo mais, pela falta de incentivo do governo. Observa-se que, atualmente, a localidade além de possuir uma produção expressiva de pêssego, tomate, fumo, diversas outras culturas para o autoconsumo e comercialização, a produção de hortaliças está aumentando e importante salientar que a grande maioria dos moradores é de agricultores familiares.

Figura 9 – Mapa ilustrativo de localização da localidade da Glória, 1º Distrito do município de Canguçu/RS

Fonte: Adaptado pela autora de (BANDEIRA, 2012, p. 18).

4.1 Caracterização geral das propriedades entrevistadas

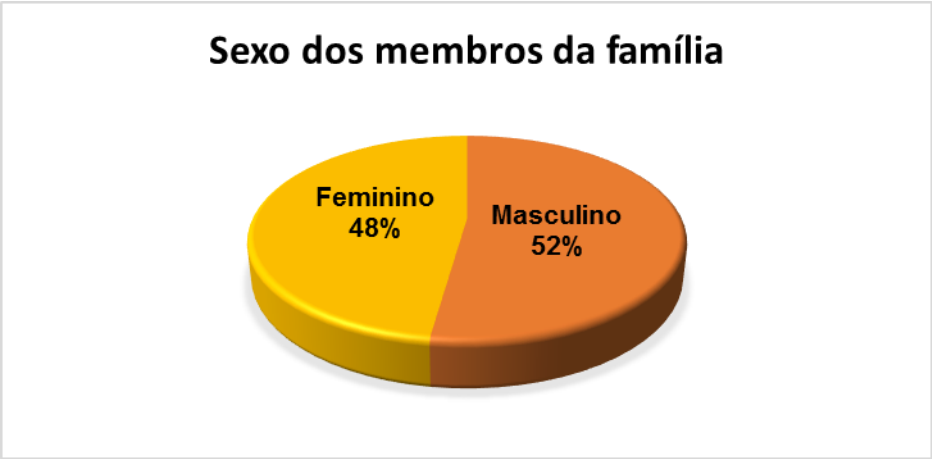
Durante a pesquisa de campo verificou-se as coordenadas geográficas de cada propriedade familiar entrevistada e, com isso, foi elaborado um mapa de localização das propriedades estudadas, conforme Figura 10.

Figura 10 – Mapa de localização das propriedades entrevistadas na localidade da Glória

Fonte: Adaptado pela autora de Google Earth, 2016.

Sobre o sexo dos membros das famílias (Figura 11) observa-se que vinte e uma (48%) são mulheres e vinte e três (52%) homens. A mulher associa as atividades agrícolas e não agrícolas, participa geralmente de todo o processo de produção, reprodução da unidade agrícola familiar, o cuidado das crianças e o trabalho doméstico e exercendo jornada tripla de trabalho, desempenhando um papel importante na agricultura familiar. Mas, em muitos casos, o seu trabalho não é reconhecido e visto apenas como “ajuda” nas tarefas desempenhadas pelos homens.

Figura 11 – Sexo dos membros das famílias



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Com relação à composição etária das famílias (Tabela 3) nota-se o predomínio dos adultos, ou seja, força de trabalho ativa. Segundo Bonini (2004), na família camponesa, as crianças e os mais velhos colaboram nas tarefas de menor esforço físico. Os homens exercem as atividades mais pesadas na lavoura e o gerenciamento da propriedade. E a mulher exerce múltiplas funções na unidade familiar, mas, em muitos casos, ocorre a desvalorização do trabalho das mulheres.

Tabela 3 – Composição etária das famílias

Faixa Etária	Número de Pessoas
0 a 9	6
10 a 19	8
20 a 29	6
30 a 39	5
40 a 49	11
50 a 59	3
60 a 69	3
Acima de 70	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Conforme a Tabela 4, a grande maioria dos membros das famílias, ou seja, vinte e sete pessoas possuem o ensino fundamental incompleto. Muitos entrevistados relataram que não tinham acesso ao ensino fundamental completo no meio rural e por não terem condições de estudar na cidade e desenvolverem atividades na propriedade da família ou fora dela desde jovens, não concluíram o

ensino fundamental. Quatro possuem o ensino fundamental completo, pois foram para a cidade conclui-lo. Seis tem ensino médio incompleto, sendo que todos ainda estão cursando o referido nível. Três possuem o ensino médio completo e nenhuma pessoa estava cursando o ensino superior. Mas três possuem o ensino superior completo, sendo todas do sexo feminino, as graduadas em administração e licenciatura em matemática estão trabalhando na área de formação fora da propriedade e a que possui graduação em economia doméstica exerce atividades agrícolas dentro da sua propriedade. Importante salientar que não tem nenhum analfabeto no grupo pesquisado e apenas um não está em idade escolar. Rua e Abramovay (2000) abordam que muitos jovens do sexo masculino param de estudar para se dedicarem às atividades agrícolas e as mulheres continuam estudando, porque as perspectivas de herdarem a terra são pequenas.

Tabela 4 – Escolaridade dos membros das famílias

Escolaridade	Número de Pessoas
Ensino Fundamental Incompleto	27
Ensino Fundamental Completo	4
Ensino Médio Incompleto	6
Ensino Médio Completo	3
Ensino Superior Incompleto	-
Ensino Superior Completo	3
Analfabeto	-
Não está em idade escolar	1
Total	44

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

4.2 Reprodução socioeconômica das famílias rurais

Segundo Maluf (2003), essa função compreende a geração de trabalho e renda que possibilita as famílias rurais permanecerem no meio rural de forma digna. A agricultura continua a desempenhar um papel central na reprodução das famílias do meio rural brasileiro, ainda que a maioria dependa cada vez menos da sua produção agrícola. Ampliando esse argumento, o autor desdobra em duas dimensões. A primeira é a “agricultura em geral”, que compreende o conjunto de atividades agrícolas, pecuárias e extrativas em um território e que está interligado com outras atividades não agrícolas. A segunda dimensão abarca a atividade agrícola das famílias rurais, em dois segmentos, o mercantil e o autoconsumo.

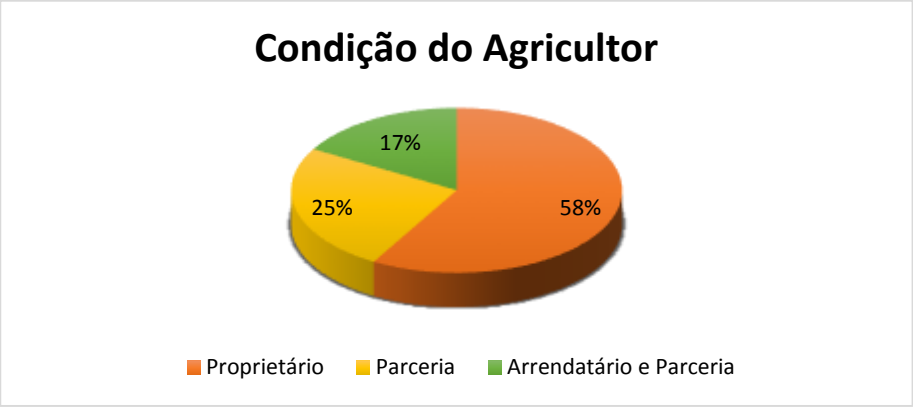
A diminuição da renda proveniente de atividade agrícola na formação da renda das famílias do meio rural ocorre por dois fatores, segundo Maluf (2003):

> Primeiro, a tendência de queda dos preços reais dos produtos agrícolas e a consequente redução da renda agrícola, um fenômeno mais geral, que no Brasil foi acentuado, na última década, pelo papel da contenção dos preços agrícolas na política antiinflacionária – a chamada "ancoraverde" do Plano Real. Segundo, a ausência de condições para que as famílias aperfeiçoem o processo e agreguem valor aos produtos agrícolas, devido a insuficiências relacionadas com disponibilidade de área, suporte técnico-comercial e recursos financeiros (MALUF, 2003, p. 137-138).

Maluf (2003) aborda que por mais que a atividade agrícola, em alguns lugares, não ocupe a centralidade na reprodução econômica de muitas famílias rurais, ela mantém um papel relevante em vários aspectos da reprodução familiar. O acesso à terra, mais precisamente, a propriedade da terra e as atividades agrícolas nela desenvolvidas são importantes para a reprodução socioeconômica das famílias rurais.

Quanto à condição do agricultor (Figura 12), dos doze agricultores entrevistados, sete (58%) são proprietários, três (25%) são parceria e dois (17%) possuem terras arrendadas e mais parceria. Percebe-se que além de proprietários de terra, está presente no contexto empírico a parceria que corresponde uma forma não capitalista do uso da terra, considerada uma estratégia que os agricultores familiares usam para ampliar a sua área de cultivo e, consequentemente, aumentar a renda familiar.

Figura 12 – Condição do agricultor

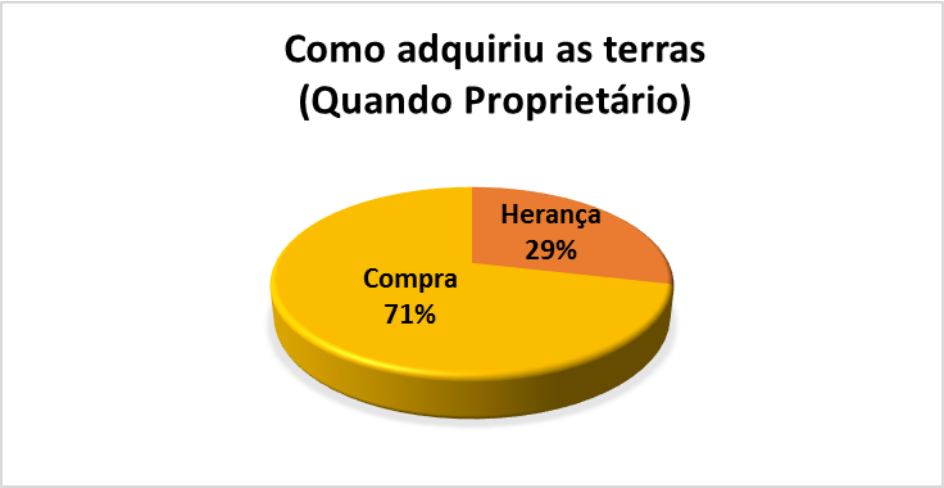


Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Com relação à formação das propriedades (Figura 13), dos doze entrevistados, sete são proprietários de terras, desses, cinco (71%) adquiriram suas

terras por compra e dois (29%) por herança. E, cinco (42%) ainda não conseguiram adquirir suas terras, com isso, esses agricultores ainda sofrem com a falta de acesso à propriedade da terra. Maluf (2003) afirma que a “importância da propriedade da terra e da disponibilidade de área tanto como condição para assegurar uma maior estabilidade na reprodução das famílias, quanto para favorecer o desempenho de uma agricultura multifuncional” (MALUF, 2003, p. 141-142).

Figura 13 – Como adquiriu as terras (Quando Proprietário)



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Quanto à formação da renda nas propriedades (Figura 14), dos doze agricultores, onze vendem produtos agrícolas e um não vende no momento por estar doente. Também, dois vendem o excedente de animais, um vende produtos artesanais de crochê, quatro responderam que algum membro da família recebe aposentadoria ou pensão, para um dos entrevistados parte da renda é composta pelo aluguel de casa na cidade. Cinco disseram que um ou mais membros da família desempenham atividades não agrícolas fora da propriedade, dentre as atividades, dois trabalham como pedreiro, mas apenas quando tem serviço, ou seja, é um trabalho temporário. A filha de um dos entrevistados é professora em uma escola do meio rural e o genro trabalha como caminhoneiro, a filha e o genro de um dos entrevistados possuem uma loja de venda e conserto de celular na cidade e a esposa de um dos entrevistados trabalha duas vezes por semana como empregada doméstica em uma casa próxima da propriedade.

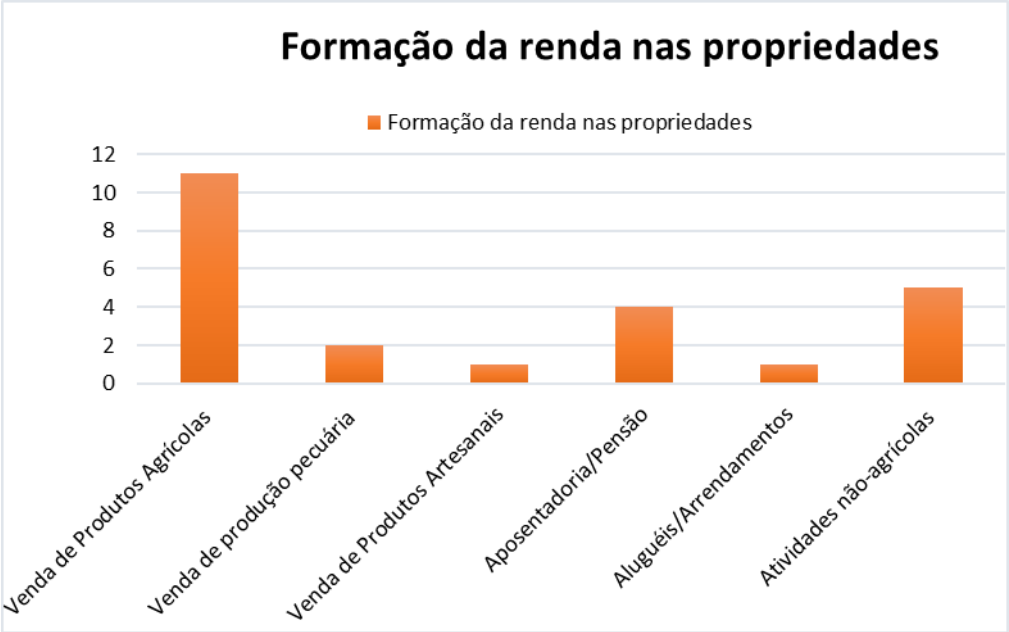
Observa-se que além das atividades de agropecuária, artesanais, aluguéis, aposentadoria ou pensão, as atividades não agrícolas fora da propriedade estão

presentes nas propriedades entrevistadas. A combinação de atividades não agrícolas, associado às atividades agrícolas e mantendo a moradia no meio rural e uma ligação com a agricultura e a vida no meio rural, compreende o fenômeno da pluriatividade, o qual representa uma parcela importante na reprodução social das famílias rurais. Baumel e Basso (2004) argumentam que a pluriatividade auxilia no desenvolvimento da agricultura familiar:

> A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura. (BAUMEL; BASSO, 2004, p. 139).

A associação de atividades agrícolas e não agrícolas "insere a família rural em diferentes setores e amplia seu campo de atuação e de inserção social e econômico, associando o enfoque da pluriatividade, diretamente, ao da multifuncionalidade" (MALUF, 2003, p.138).

Figura 14 – Formação da renda nas propriedades



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Com referência as atividades que tem maior importância para que a família permaneça no meio rural, a grande maioria respondeu conforme Tabela 5, que são

as atividades agrícolas, mas a aposentadoria, auxílio doença e as atividades não agrícolas também tem sua parcela de importância.

Tabela 5 – Atividades que tem maior importância para a permanência da família no meio rural

Atividades com Maior Importância	Número de Agricultores
Hortaliças, flores e serviço de pedreiro	1
Aposentadoria e hortaliças	1
Pêssego e aposentadoria	1
Auxílio doença	1
Fumo	2
Pêssego, tomate e fumo	1
Pêssego	2
Tomate	1
Hortaliças, tomate e atividades de professora e caminhoneiro	1
Viveiro	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

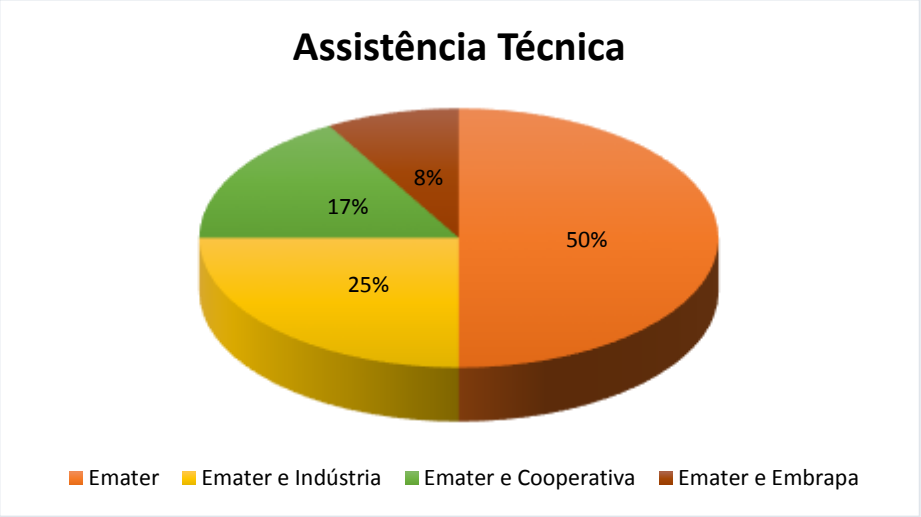
Quanto à contratação de trabalhador temporário ou permanente, de acordo com a Figura 15, sete (59%) não contratam nenhum tipo de mão de obra externa, quatro (33%) contratam trabalhador temporário, principalmente para a colheita do fumo, pêssego e para o enxerto de mudas no viveiro e um (8%) contrata mão de obra permanente para executar todo o serviço na propriedade, sendo este trabalhador informal direto. A forma de pagamento é em dinheiro tanto para trabalhador temporário quanto para permanente.

Figura 15 – Contratação de trabalhador temporário ou permanente

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Com relação à assistência técnica (Figura 16), todos os entrevistados recebem assistência técnica da EMATER, sendo que seis (50%) são acompanhados apenas pela EMATER, três (25%) tem assistência da EMATER e da indústria fumageira, dois (17%) da EMATER e Cooperativa (Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul – CAFSUL e União de Agricultores Familiares de Canguçu e Região - UNAIC) e um (8%) da EMATER e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária - EMBRAPA. Segundo as informações da EMATER (2016), a instituição visa promover a assistência técnica e extensão rural (ATER), para a agricultura familiar, visando à sustentabilidade. A instituição busca acompanhar os processos de organização de base produtiva das propriedades, as formas de gestão de produção familiar e a sua inserção nos mercados privados e institucionais.

Figura 16 – Assistência técnica na área pesquisada



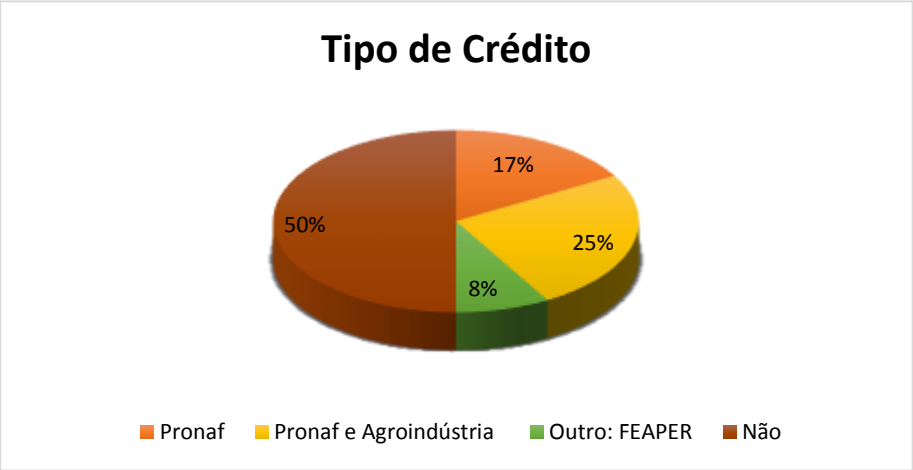
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Sobre o acesso ao crédito rural, conforme a Figura 17, dois (17%) usam o PRONAF custeio e investimento, com a finalidade de financiar principalmente a compra dos insumos agrícolas, máquinas e implementos agrícolas. Três (25%) além do PRONAF também utilizam crédito da agroindústria fumageira para o financiamento dos insumos agrícolas, para a construção de estufa de fumo, entre outros. Um (8%) acessa crédito do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento

dos Pequenos Estabelecimentos Rurais – FEAPER[6] para o financiamento da estufa para a produção de flores. E, seis (50%) não usam nenhum tipo de crédito no momento, pois a grande maioria relatou que já acessaram o PRONAF por muitos anos, mas agora estão investindo capital próprio, mas desses seis agricultores, um deles relatou que está impossibilitado de acessar qualquer tipo de crédito por estar endividado.

Segundo Wanderley (2009), com a modernização da agricultura se potencializou a força produtiva do trabalho familiar e reduziu o esforço físico (penosidade física). Com as novas condições da produção o trabalho tornou-se menos penoso e, consequentemente, a penosidade deixa frequentemente de ser de natureza propriamente física e passa a ser mental (penosidade mental). Com efeito, a responsabilidade na condução de uma empresa familiar provoca estado de tensão psíquica, seja pelo impacto de fatores sobre os quais o agricultor não tem controle – o endividamento, por exemplo – seja pela dificuldade de se ausentar do estabelecimento, em razão da própria natureza do trabalho agrícola, entre outros.

Figura 17 – Utilização de crédito na área pesquisada



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

[6] Segundo a Lei Nª 8.511, de 6 de janeiro de 1988, que autoriza a criação do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER). Tem como objetivo proporcionar o financiamento, garantir operações de crédito e subsidiar encargos para os pequenos estabelecimentos rurais para a elevação de seus índices de produção, produtividade e melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais.

4.3 Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade

Maluf (2003) aborda que a promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade, compreende uma das funções da multifuncionalidade da agricultura familiar. Esta função foi analisada pelo referido autor na sua pesquisa de campo, como o "acesso a alimentos suficientes e de qualidade pelas famílias rurais, bem como, a contribuição das mesmas para o provimento da sociedade de produtos agroalimentares com os mesmos requisitos de suficiência e de qualidade" (MALUF, 2003, p. 142).

Em pesquisa realizada pelo mesmo autor, a questão do autoconsumo adquiriu destaque para a garantia da segurança alimentar das famílias brasileiras do meio rural. No que tange a qualidade da alimentação, ou seja, a segurança dos alimentos, a maioria dos agricultores consideraram sadios os alimentos produzidos por eles mesmos. Sendo que para alguns, a sanidade dos alimentos estava relacionada ao fato de não aplicarem agrotóxicos nas áreas de produção para o autoconsumo. Já os alimentos comprados no mercado pelos agricultores pesquisados não corresponde a mesma qualidade dos que são produzidos por eles para o autoconsumo, ou seja, existe uma perda na qualidade da alimentação na opinião dos agricultores.

Sobre a segurança alimentar da sociedade, a maioria dos agricultores declarou que o papel principal da agricultura compreende o abastecimento alimentar da sociedade, mas muitos ainda possuíam problemas para a produção e comercialização. Com relação à qualidade dos alimentos produzidos por eles para o mercado, abordaram que a agricultura orgânica e produtos agrícolas com valor agregado são considerados sadios (MALUF, 2003).

O autoconsumo para a "promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais ganha relevo com um dos elementos da adequação do enfoque da multifuncionalidade à realidade de elevada desigualdade social no Brasil" (MALUF, 2003, p. 144).

Com relação à produção para o autoconsumo no contexto empírico pesquisado, na Tabela 6, observa-se a produção de hortaliças (couve-flor, beterraba, cebola, alface, repolho, mandioca, abóbora, alface, repolho, ervilha, rúcula, cenoura, almeirão, salsa, couve, entre outros), a produção do milho para

alimentar os animais da propriedade, frutas (pêssego, laranja, bergamota e morango), tomate, feijão, leite, ovos, batata-doce, pimentão, batata-inglesa e mel. Um entrevistado vende o excedente de ovos e leite para conhecidos.

Tabela 6 – Produtos presentes nas propriedades para o autoconsumo

Produtos	Autoconsumo
Pêssego	5
Feijão	7
Milho	10
Batata-Inglesa	1
Batata-Doce	6
Leite	7
Ovos	7
Hortaliças	12
Tomate	9
Laranja	9
Bergamota	9
Morango	1
Mel	1
Pimentão	3

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Todos os agricultores pesquisados têm produção para o autoconsumo e alguns produtos podem ser observados conforme Figura 18. Para Corona e Ferreira (2012) a produção para o autoconsumo compreende:

> [...] um importante espaço para a reprodução social das famílias porque garante uma alimentação de melhor qualidade para a família, além de ser um modo de preservar saberes tradicionais dos agricultores quanto à diversidade da produção e cuidados com os recursos naturais, inovando com técnicas de menos custo e baixo impacto ambiental. É um espaço de manutenção da identidade dos agricultores, que se reconhecem e se satisfazem mediante seus vínculos com a terra (CORONA; FERREIRA, 2012, p. 149).

Figura 18 – Alguns produtos cultivados para o autoconsumo

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Com relação aos produtos agrícolas cultivados nas propriedades pesquisadas para o mercado, de acordo com a Tabela 7, existe a produção do fumo, pêssego, batata-doce, hortaliças, tomate, laranja, morango, pimentão, flores e soja, entre outros. Com relação à comercialização, três (25%) entrevistados cultivam o fumo e são agricultores integrados a agroindústria fumageira, mas entre os três que cultivam o produto, um vende parte da produção para intermediários. Os produtores de pêssego entregam o produto nas agroindústrias das cidades de Pelotas e Morro Redondo. A batata-doce é vendida para intermediários, a comercialização das hortaliças é realizada no comércio atacadista de Pelotas, nas feiras livres de Canguçu e para intermediários. O tomate é comercializado no atacado de Pelotas,

no varejo ou armazéns locais e para intermediários. A laranja e o morango são vendidos nas feiras livres de Canguçu.

A comercialização do pimentão ocorre no atacado de Pelotas. As flores são comercializadas nas feiras livres locais e em exposições. Um dos agricultores planta cerca de 10 hectares de soja, o mesmo alegou que planta o produto porque não envolve muito serviço, segundo ele, trabalha sete dias no ano praticamente e a comercialização da soja ocorre em uma cooperativa de Canguçu. E, um entrevistado possui um viveiro de mudas de pêssego, ameixa, figo, entre outras. Sendo que o proprietário do viveiro possui um negócio próprio para a venda das mudas e segundo ele vende cerca de 80 mil mudas anualmente. Alguns dos produtos com destino para o mercado podem ser observados na Figura 19.

Tabela 7 – Produtos presentes nas propriedades para o mercado

Produtos	Atacado	Varejo ou armazéns	Feiras Livres	Agroindústria	Intermediário	Cooperativa
Fumo				3	1	
Pêssego				5		
Batata-Doce					1	
Hortaliças	1		2		2	
Tomate	4	1			3	
Laranja			1		1	
Morango			1			
Pimentão	3					
Flores			1			
Soja						1

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 19 – Produção apenas para o mercado

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Cabe salientar, que a produção do pêssego, batata-doce, hortaliças, tomate, laranja, morango e pimentão, além de serem produtos para o mercado também são para o autoconsumo das famílias, como pode ser observado na Figura 20.

Figura 20 – Alguns produtos produzidos para o mercado e autoconsumo

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Quando questionados sobre quais produtos agrícolas têm maior importância na formação da renda familiar, os agricultores responderam uma ou mais culturas, sendo que a ordem de importância pode ser observada na Tabela 8.

Tabela 8 – Ordem de importância dos produtos agrícolas na formação da renda familiar

Produto Agrícola	Nº de Agricultores
Pêssego	04
Tomate	04
Fumo	03
Hortaliças	03
Flores	01
Viveiro	01

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Com relação ao tempo dedicado ao produto agrícola com maior importância na formação da renda familiar e o porquê, foram respondidos:

Pêssego: Se dedicam desde jovens, por se um produto lucrativo, de fácil manutenção dos pomares, com isso, não exige muito trabalho; **Tomate:** Em média se dedicam a cultura entre 18 e 20 anos, sendo que para eles são importantes a rentabilidade e a facilidade no manejo da produção; **Fumo:** Os agricultores em média cultivam esse produto a 15 anos, por ser rentável, com mercado garantido e pelo fato de se obter grande volume de produção em uma pequena área de terra cultivada; **Hortaliças:** Neste caso há uma particularidade, um dos entrevistados já cultivava por ser uma herança familiar, outro entrevistado alegou problemas de saúde e o cultivo é facilitado e o outro fez a opção pelas hortaliças por conta de dívidas contraídas no cultivo do tabaco; **Flores:** Já era cultivado na propriedade apenas por “hobby”, pois o antecessor familiar dizia que: *ninguém comia flor.* A partir de 2014 devido à sucessão e com apoio da EMATER, passou-se a cultivar comercialmente, isso por ser uma cultura nova e promissora; **Viveiro:** Com a influência da família do cônjuge que já era do ramo e por gostar do serviço, sendo que tem mercado próprio e abrangente, com grandes perspectivas de demanda para o produto.

Sobre o tipo de criação de animais e seu destino, observam-se na Tabela 9 que são criados bovinos, suínos, aves, ovinos, peixes e cabrito para o autoconsumo, algumas das criações para o autoconsumo pode ser notada na Figura 21. Também tem a venda do excedente de bovinos, sendo que a comercialização ocorre de forma

direta, ou seja, para conhecidos e para o açougue da localidade. A criação de animais é muito importante para a alimentação das famílias rurais e segundo Garcia Jr. (1983 apud GRISA; SCHNEIDER, 2008, p. 503):

> [...] a criação é uma atividade que se presta à reserva e acumulação. Reserva porque faz face ao consumo alimentar da família, tanto de forma direta (consumo de carne) como de forma indireta (produção de leite, ovos etc.). Acumulação porque não havendo necessidade de consumo, basta garantir a alimentação dos animais para que eles se reproduzam. Ademais, não existindo mais esta possibilidade e sem demanda de consumo da família, pode-se recorrer à venda, ampliando os recursos monetários destas.

O cavalo (Figura 22) e os bois são para o trabalho. Cabe ressaltar, que um entrevistado usa tração animal por empréstimo do vizinho para lavrar a terra.

Tabela 9 – Tipos e destino de criação animal

Tipos de Animais	**Autoconsumo**
Bovinos	5
Suínos	6
Aves	7
Ovinos	1
Peixes	4
Caprinos	1
Tipos de Animais	**De Trabalho**
Bois	2
Cavalos	5
Tipos de Animais	**Venda**
Bovinos	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 21 – Criação de animais para o autoconsumo

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 22 – Cavalo usado para o trabalho

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Com relação a existência de algum cultivo ou pastagem no sistema agroecológico na propriedade, cinco (42%) dos entrevistados responderam que não possuem nenhum cultivo ecológico. Seis (50%) responderam que não usam nenhum tipo de insumo químico na produção para o autoconsumo, como nas hortaliças e árvores frutíferas (laranjeira e bergamoteira). E um dos entrevistados (8%) está em período de transição agroecológica e cultiva, principalmente, hortaliças e flores.

Notou-se que as áreas de cultivo (lavoura) das propriedades entrevistadas estão localizadas próximas das residências e hortas. No entanto, os entrevistados que não usam agrotóxico na produção para o autoconsumo, usam o mesmo em outras culturas próximo dos locais onde são cultivados os mesmos. Segundo Peres et. al (2005), a saúde humana pode ser afetada pelos agrotóxicos diretamente, através do contato com estas substâncias – ou através do contato com produtos ou ambientes por estes contaminados – e, indiretamente, por meio da contaminação da biota de áreas próximas a plantações agrícolas, que acaba por desequilibrar os ecossistemas locais, como isso, o uso de agrotóxicos nessas áreas acaba contaminando os alimentos da horta. Observou- se também em uma propriedade pesquisada o descarte incorreto das embalagens de agrotóxicos em local próximo da horta, conforme Figura 23.

Figura 23 – Embalagens de agrotóxicos perto da horta

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

O entrevistado que está em período de transição agroecológica não usa mais nenhum tipo de insumo químico, sendo que cultiva uma grande diversidade de flores (Figura 24) e hortaliças para a comercialização. O mesmo relatou que uma das dificuldades encontradas se refere ao combate das pragas, pois, *às vezes a gente não consegue combater as pragas e perco lavouras de feijão e flores na estufa.* Também elencou que o investimento em fertilizantes orgânicos é muito alto. O entrevistado possui um minhocário (Figura 25) na propriedade para a produção do substrato (fertilizante orgânico), assim não precisa comprar o mesmo.

Figura 24 – Produção de flores agroecológicas

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 25 – Minhocário para a produção do substrato

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Segundo Schiedeck et al. (2006), atualmente com o desgaste do modelo de produção agrícola, baseado no uso intensivo de insumos agrícolas, surge a necessidade de uma nova forma de fazer agricultura, baseado em práticas que, além de técnica e economicamente viável, também são conformadas do ponto de vista do ambiente e possuem uma parcela de contribuição na autonomia dos agricultores.

Contudo, ao analisar esta função no contexto empírico, observa-se de um lado uma produção significativa para o autoconsumo e para o mercado consumidor. Mas de outro, essa produção vem sendo desenvolvida com o uso de agrotóxicos. A presença de produtos tóxicos nos alimentos pode comprometer o direito a uma alimentação saudável e de qualidade, causando problemas de saúde para os agricultores, bem como, para os consumidores.

4.4 Manutenção do tecido social e cultural

Segundo Maluf (2003), existe uma relação muito forte entre agricultura e identidade social. Com a diminuição da importância econômica da produção de alimentos para o mercado, perdura a valorização de modos de vida, as relações com a natureza, com parentes e vizinhos e a produção de alimentos para o autoconsumo. Com isso, a autor estabelece uma relação entre a multifuncionalidade e as interpretações sobre a agricultura e o rural como um modo de vida, indo além da questão econômica.

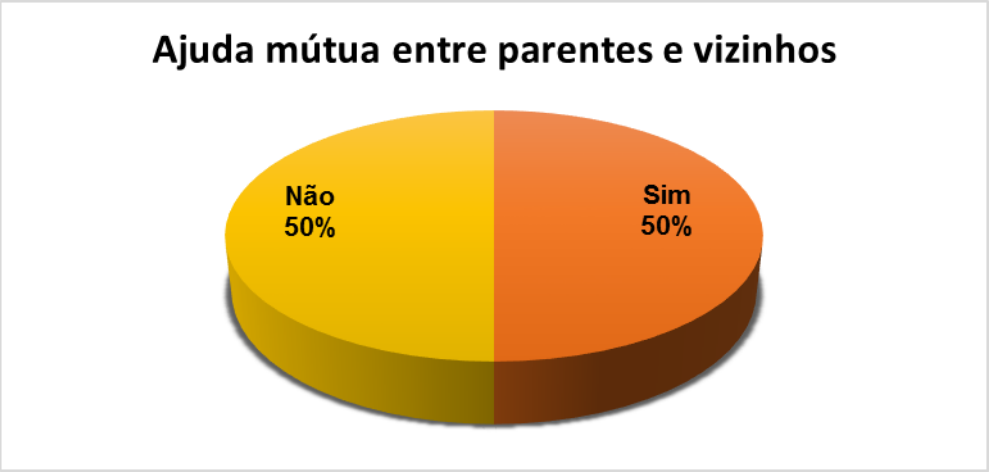
Maluf (2003) aborda o pessimismo por parte dos entrevistados em relação ao futuro da atividade agrícola. Os agricultores demonstraram o desejo que os filhos saiam do campo para buscar emprego na cidade. A ambiguidade nas relações com o rural e com o agrícola causa consequências ao patrimônio familiar e a questão sucessória. O acesso à educação é visto pelos pais como um instrumento de ascensão social, fortalecendo a saída dos jovens do campo. E essa função é pouco debatida, requerendo novas investigações sobre o papel da agricultura familiar na manutenção do tecido social presente nas áreas rurais.

Sobre a ajuda mútua entre parentes e vizinhos (Figura 26), do total de agricultores entrevistados (12) na localidade da Glória, seis (50%) desempenham algum tipo de ajuda mútua e os outros seis (50%) não desempenham nenhum tipo de ajuda mútua, sendo que alguns elencaram que antigamente praticavam a ajuda mútua, mas que no momento não está ocorrendo essa troca, pois estão apenas com a mão de obra dos integrantes da própria família. Segundo Sabourin (2006), a ajuda mútua:

> [...] depende de laços sociais, sentimentais e até simbólicos e se diferencia da troca ou do intercâmbio mercantil primeiro porque não implica numa retribuição equivalente ou monetária que livraria o beneficiário da sua dívida. De fato, existe uma expectativa de retorno da ajuda, encorajada pela pressão social e por valores de honra e prestigio, mas, essa devolução não é contratual nem obrigatória. Pode ser diferida no tempo, assumida por outro membro da família e se traduzir também, por uma prestação de natureza diferente do trabalho, uma dádiva de sementes, um gesto de amizade, uma presença pessoal num momento de necessidade (SABOURIN, 2006, p. 9).

Ainda de acordo com Sabourin (2006), as relações de ajuda mútua se mantêm, em muitos casos, porque a relação de ajuda mútua gera valores humanos de amizade, de confiança e de responsabilidade. Com isso, são valores que colaboram para a reprodução dessas relações.

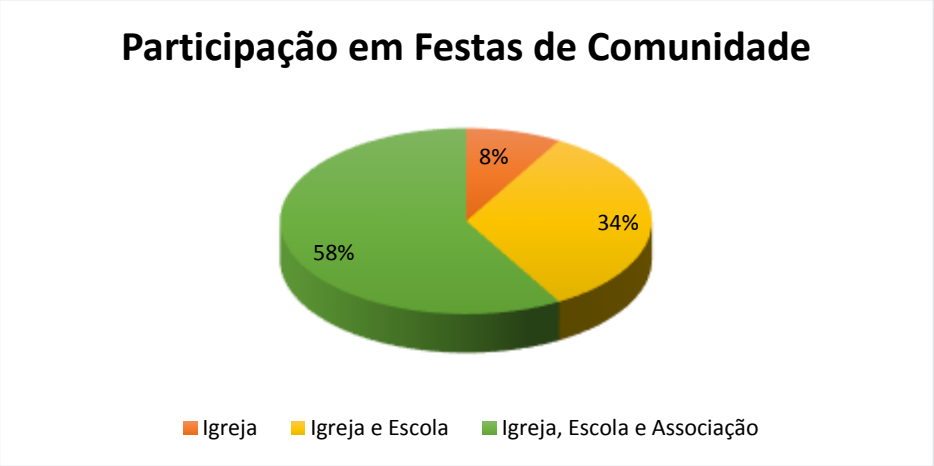
Figura 26 – Ajuda mútua



Fonte**:** Pesquisa de campo, 2016.

Quando questionados sobre a participação da família em festas de comunidade (igreja, escola e associação), observa-se na Figura 27, que os doze entrevistados (100%) responderam que participam de festas de igreja, sendo que um (8%) participa apenas das festas religiosas, quatro (34%) participam de festas de igreja e escola e sete (58%) participam de festas de igreja, escola e associação.

Figura 27 – Participação em festas de comunidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A festa segundo Durkheim (1996, apud D'Abadia e Almeida, 2009), tem a função de restabelecer a energia para a continuidade da sociedade, um ritual cíclico de pausa no cotidiano para a vivência festiva. As festas e a religião fortalecem o

espirito cansado pelas angústias do cotidiano. Rosendahl (2005 apud D'Abadia e Almeida, 2009) aborda que a territorialidade festiva se fortalece pelas experiências religiosas de coletividade, pelo sentimento mútuo dos integrantes de uma determinada comunidade, entre outros.

No contexto empírico pesquisado, a participação em festas de comunidade (igreja, escola e associação) compreende um momento de encontrar amigos, de diversão, alegria, dança, religiosidade, colaboração para o fortalecimento da sociabilidade, entre outros. As festas possuem músicas, jogos, comidas e bebidas tradicionais e outras atrações. Os membros da comunidade mantêm a doação de alimentos, dinheiro, arrecadação de presentes no comércio local, colaborando para a realização da festa, sendo que a organização da mesma fica também é de responsabilidade da comunidade.

Quando questionados sobre o futuro da propriedade, pode-se observar que, conforme a Figura 28, dois (17%) deixarão a propriedade para filho (a) mais velho (a), três (25%) para o único herdeiro, dois (17%) responderam que será partilhado entre os filhos e cinco (41%) não sabem qual será o futuro da propriedade.

Figura 28 – Sucessão familiar da propriedade

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Segundo Silvestro et al. (2001), a questão da sucessão familiar, geralmente, pode ocasionar conflitos desde a remuneração dos irmãos não-sucessores da propriedade paterna até a questão de gênero que acompanha esse processo. A não discussão desse tema na família acaba atrasando a definição dos arranjos

familiares, onde existe o envolvimento tanto do herdeiro e a continuidade da unidade de produção paterna, quanto sobre o destino dos irmãos não-sucessores. Sendo que o arranjo sucessório não compreende necessariamente a remuneração monetária de todos os herdeiros. Pois, a unidade de produção não se restringe apenas a questão econômica, mas também um patrimônio e uma forma de reprodução familiar. Embora atualmente as famílias tenham um razoável diálogo sobre o destino dos filhos e a organização da propriedade, o tema da sucessão acaba sendo raramente abordado.

Com relação ao desejo das famílias sobre a permanência dos filhos na propriedade como agricultores e o porquê. Percebe-se na Figura 29, que nove (75%) desejam a permanência dos filhos na propriedade como agricultores, pelo fato de ser melhor de se viver no meio rural do que na cidade, sendo que muitos falaram sobre a importância do estudo, citando o desejo que os filhos cursem agronomia ou curso técnico em agricultura para uma melhor atuação na propriedade. Também o desejo se justifica para dar continuidade às atividades agrícolas na propriedade e percebem na agricultura um futuro promissor. Dois (17%) dos entrevistados não querem que os filhos permaneçam na propriedade como agricultores, pelo fato da lavoura ser imprevisível, a atividade não ser valorizada e pelo possível aumento da idade para a aposentadoria, almejando que os mesmos estudem para conseguir um emprego no meio urbano. Um entrevistado (8%) não respondeu à pergunta por ser uma escolha do filho permanecer ou não na propriedade como agricultor e pelo fato de ainda não terem adquirido a propriedade rural.

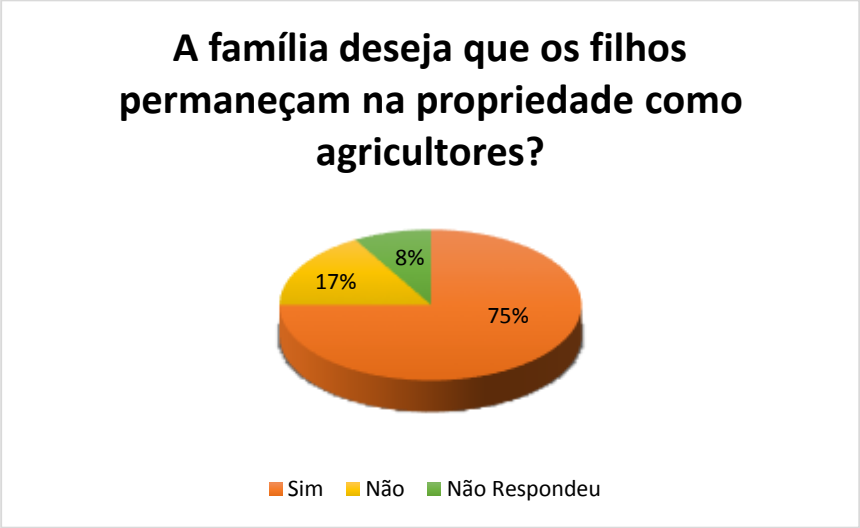
Dos agricultores pesquisados, os quais os filhos já saíram da propriedade, abordaram que os que hoje são agricultores irão permanecer na agricultura, por gostar da atividade e pelo baixo nível de escolaridade. Já os que estão trabalhando na cidade não pretendem retornar para o meio rural, por possuírem um emprego fixo e um alto nível de escolaridade.

A sucessão familiar no meio rural compreende uma das principais problemáticas enfrentadas pela agricultura familiar no Brasil. Dentro de uma realidade que envolve os jovens que vivem no meio rural, a migração desse grupo para as cidades provoca o chamado “envelhecimento no campo”, em que agricultores não encontram sucessores naturais para levar adiante a propriedade, tornando-se fator preocupante para os mesmos.

A grande maioria deseja que os filhos permaneçam na propriedade como agricultores, mas segundo Silvestro et al. (2001), ainda existe pouca autonomia dos jovens no interior da família, ou seja, poucos têm recursos e iniciativas próprias. No caso das jovens, além da falta de autonomia existe uma ausência de horizonte quanto a assumir a gestão da propriedade.

Para Vantroba (2009), para mudar essa realidade a profissionalização da atividade do agricultor no campo é fundamental. É preciso educação para que o jovem permaneça no meio rural. Bem como, a elaboração de políticas públicas direcionadas para os mesmos.

Figura 29 – Desejo que os filhos permaneçam na propriedade como agricultores



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Conforme a Figura 30, na localidade da Glória, do total de entrevistados (12) dez (83%) participam de sindicatos, associações ou cooperativas, sendo que alguns agricultores participam de mais de uma entidade. Foram citados os seguintes sindicatos, associações ou cooperativas: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu; CAFSUL - Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul; UNAIC - União de Agricultores Familiares de Canguçu e Região; SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo; CREHNOR – Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Canguçu – Crehnor - Sul; Centro Comunitário e Recreativo da Glória; Grupo Comunitário São João Batista; MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores;

Associação da Lagoa dos Pereira. E, dois (17%) não participam de sindicatos, associações ou cooperativas.

Figura 30 – Participam de sindicatos, associações ou cooperativas

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Existe uma importante contribuição dos sindicatos, associações ou cooperativas na vida dos agricultores familiares. Segundo Hespanhol (2008), por meio das associações os agricultores familiares podem conseguir:

> a) Comprar insumos químicos a preços mais baixos, em virtude da aquisição se dar em maior quantidade; b) fazer uso temporário de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas, cujos unitários são elevados; c) ter acesso à assistência técnica oficial ou particular; d)negociar em melhor condições a produção, pois a oferta em maior quantidade de produtos reduz o custo operacional das empresas e elimina a ação dos atravessadores; e) ter acesso a mercados preferenciais, principalmente para o atendimento de demandas públicas tais como o abastecimento de creches, escolas, asilos, presídios etc. (HESPANHOL, 2008, p. 87).

Com relação às práticas agrícolas que foram transmitidas dos antepassados, ressaltam-se o uso de instrumentos manuais (enxada, foice, picão, ancinho, garfo, machado, serrote, entre outros) e o plantio do feijão com a máquina manual. Também foi listado o plantio em curva de nível, influência da lua no plantio, o manejo, uso da tração animal (uso da capinadeira a cavalo, lavrar com bois, uso do arado para aterrar o fumo). Instrumentos de trabalho como o picão, enxada, foice, máquina manual e arado podem ser observados na Figura 31. Apenas dois dos entrevistados têm tradição de guardar a semente crioula, semente do milho branco e amarelo (Figura 32).

Figura 31 – Instrumentos de trabalho

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 32: Semente crioula de milho branco e amarelo

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Sobre o uso de máquinas e instrumentos agrícolas (Tabela 10), nove agricultores possuem trator (Figura 33), dois tem carroça (Figura 34), dez possuem pulverizador (manual e mecânico), sendo que o pulverizador está representado na Figura 35, dois tem plantadeira, quatro possuem aleirador, dez usam arado mecânico, sete possuem arado de disco (Figura 35), nove tem reboque para o trator, seis possuem grade, um tem a plaina, oito comentaram ter roçadeira (Figura 35), cinco tem subsolador, um possui trilhadeira, mas emprestou para um amigo, nove possuem capinadeira e um relatou ter construído um equipamento de aplicação de mulching (Figura 36). O mulching compreende uma técnica que consiste na aplicação do filme na superfície do solo, criando uma barreira física à transferência de calor e vapor de água entre o solo e a atmosfera.

Tabela 10 – Máquinas e instrumentos agrícolas

Máquinas e Instrumentos	Número de Agricultores
Trator	9
Carroça	2
Pulverizador	10
Plantadeira	2
Aleirador	4
Arado	10
Disco	7
Reboque	9
Grade	6
Plaina	1
Roçadeira	8
Subsolador	5
Trilhadeira	1
Capinadeira	9
Mulching	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 33 – Trator

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 34 – Carroça de tração animal

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 35 – Implementos agrícolas: Pulverizador, arado de disco e roçadeira

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 36: Equipamento de aplicação de mulching construído pelo entrevistado, e ao lado, por uma indústria de implementos agrícolas

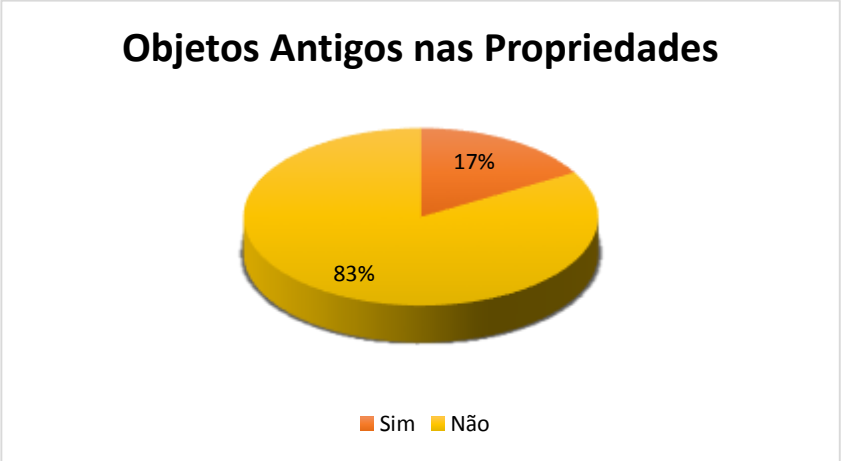
Fonte: Pesquisa de campo, 2016. Fonte**:** <<www.pt.made-in-china.com>>

O trabalho agrícola passou por mudanças com a modernização da agricultura, mas não ocorreu um total abandono de técnicas agrícolas tradicionais, o que ocorre é a combinação entre técnicas agrícolas tradicionais (ferramentas rudimentares) e a incorporação de novas tecnologias (CORONA; FERREIRA, 2012, apud FERNANDES, 2014).

Com referência à presença de objetos antigos nas propriedades entrevistadas (Figura 37), dez (83%) não possuem nenhum tipo de objeto antigo e apenas dois (17%) tem objetos antigos, entre eles estão: batedor de manteiga, boneca (de aproximadamente 90 anos que era da bisavó da esposa do entrevistado

e vaso cerâmico (barro). Os objetos presentes nas propriedades entrevistadas estão representados na Figura 38.

Figura 37 – Presença de objetos antigos nas propriedades entrevistadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Os objetos, como os utensílios e instrumentos de trabalho, contam a história das famílias, seguindo nessa linha constatou-se que onde há os referidos objetos é parte importante para referenciar a história da família, com valores sentimentais. Porém, nas propriedades entrevistadas onde não foi registrada a presença de objetos antigos, observou-se a perda de parte do patrimônio material, sendo estas propriedades constituídas por famílias recém-formadas.

Figura 38 – Objetos antigos presentes nas propriedades pesquisadas

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Segundo Cunha e Ribeiro (2010, p. 8), “os objetos podem estar contextualizados e caracterizados dentro de uma determinada situação que determina a relação entre pessoas”.

Velthem (2007 apud MACHADO, 2014), aborda que deve se pensar os objetos como elementos que se dispõe socialmente, precisando considerar questões além da materialidade e da estética. Verlthem (2007) elenca que:

> Um passo importante nesse sentido deriva da compreensão dos objetos como elementos capazes de se organizarem socialmente, de articularem e construírem relações que são de diferentes ordens e são operadas pelas coisas, entre si e com as pessoas (VELTHEM, 2007, p. 606).

Segundo o mesmo autor, em uma de suas pesquisas realizadas, constatou que os objetos são valorizados não tanto pela estética das formas, mas pela capacidade de executarem complexas funções de transformação, as quais exigem artefatos igualmente complexos de um ponto de vista material e conceitual.

Com relação aos pontos positivos e negativos de se viver no meio rural (Quadro 1), os agricultores listaram como pontos positivos a importância do autoconsumo em muitas das propriedades pesquisadas, pois *aqui a gente tem uma fruta, se fosse para a cidade tinha que comprar tudo.* Também foram citados a maior liberdade, safra boa, mercado garantido, tranquilidade, trabalho na própria propriedade, o fato de gostar de morar no meio rural, horários de trabalhos flexíveis, qualidade de vida, entre outros pontos. Com relação aos pontos negativos, elencaram a dificuldade no acesso à saúde, desvalorização do preço dos produtos agrícolas, dependência da influência do clima, falta de mercado para a comercialização da produção, investimento muito alto, pragas que os agricultores não conseguem controlar, a propriedade rural não ter acesso à energia elétrica, estradas ruins (acessibilidade), falta de apoio por parte do governo, falta de coleta seletiva para o lixo, entre outros. Ainda com relação aos pontos negativos, a questão da falta de mercado para a produção consistiu um problema muito frisado durante a pesquisa de campo e também os altos investimentos na produção agrícola.

Quadro 1 – Pontos positivos e negativos de se viver no meio rural

Agricultores	Pontos Positivos	Pontos Negativos
Agricultor A	*Aqui tem alimentos para o gasto, maior espaço e liberdade.*	Falta de recurso para a saúde.
Agricultora B	Colheita boa. Compra certa do produto (fumo).	Desvalorização do preço do produto.
Agricultor C	*Dono de si mesmo, tu quer trabalhar hoje tu trabalha.*	*Incerteza na produção devido ao clima. Falta de mercado e se tem muito produto não tem para quem vender.* A comercialização é o principal problema. Preço das verduras. Investimento muito alto.
Agricultor D	*Ar puro e alimentação mais adequada.*	*Plantar e não colher. Pragas que não consigo controlar e falta de luz na propriedade.*
Agricultor E	*A gente tem o que é nosso e consegui se manter.*	*As coisas não valem nada. Se planta só feijão e milho a gente morre de fome.*
Agricultor F	*Tem bastante, o lugar é bom para morar, qualidade de vida é boa. Quase isento de poluição e tranquilidade.*	Estradas ruins (acessibilidade) e o tempo que acaba interferindo na plantação.
Agricultor G	*Gosto da colônia, da tranquilidade e trabalho quando*	*Não tem apoio de ninguém.*

	quero.	
Agricultor H	A renda e as safras são boas.	*Preço dos produtos que não valem e estradas ruins.*
Agricultor I	Tranquilidade, trabalho por conta própria e perspectiva de dias melhores.	Pouca valorização dos produtos. Lei da oferta e da procura.
Agricultor J	Liberdade, estipula os horários de trabalho, *se o sol está muito quente vou mais tarde.*	Falta de mercado e pouca valorização dos produtos.
Agricultora K	*Podemos produzir quase todos os produtos que consumimos. Satisfação de trabalhar no local, não preciso sair de casa.*	Insegurança (abigeato e assalto). O valor do investimento na produção é muito alto. E o clima que não tem como interferir.
Agricultor L	Longe da poluição sonora, qualidade de vida. Bom para criar os filhos e mais presentes na criação dos mesmos.	Acesso à saúde e não tem coleta seletiva de lixo.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

No que se refere às perspectivas de continuidade das famílias no meio rural (Quadro 2), dez agricultores responderam que as perspectivas são positivas, pois os mesmos têm esperança de dias melhores com a valorização da produção e não conseguiriam viver no meio urbano. Dois agricultores possuem perspectivas negativas quanto à continuidade da família no meio rural, devido a possível mudança na idade da aposentadoria, pouco amparo do governo, entre outros.

Quadro 2 – Perspectivas de continuidade da família no meio rural

Agricultores	Perspectivas
Agricultor A	Não é muito boa, porque caso a idade da aposentadoria seja alterada, os jovens não vão permanecer no meio rural.
Agricultora B	Se tem a esperança de dias melhores.
Agricultor C	*Sempre espera o melhor, tentar ser inteligente para permanecer na agricultura.*
Agricultor D	Esperança de dias melhores e valorização dos produtos.
Agricultor E	*São boas e não me vejo morando na cidade.*
Agricultor F	As expectativas são boas e a família está aumentando (neto).
Agricultor G	São boas e quer que os filhos permaneçam na propriedade.
Agricultor H	Esperança que as coisas vão melhorar. *Ninguém quer ficar no interior e quem ficar vai se dá.*
Agricultor I	São boas.
Agricultor J	Está muito difícil de se viver no meio rural. *Tem horas que tenho vontade de vender tudo e ir para a cidade, mas o que vou fazer na cidade. E o governo tem que olhar para nós.*
Agricultora K	São boas e não pretende deixar a agricultura.

Agricultor L	*Tenho fé no futuro e trabalhando bastante a gente supera as crises.*

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Quando questionados se pretendem manter a propriedade com a agricultura, todos entrevistados responderam que sim. Pelo fato de ser a única atividade que sabem exercer, por não conseguirem um emprego no meio urbano devido ao baixo nível de escolaridade e também porque gostam de trabalhar na agricultura.

4.5 Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural

Segundo Maluf (2003), a função da preservação dos recursos naturais e da paisagem rural deve considerar as relações entre agricultura praticada pelas famílias rurais e o território no qual estão inseridos e também identificar as contribuições (ou danos) da agricultura para a paisagem rural e o patrimônio natural.

De acordo com Hespanhol (2008), ainda predominam explorações com o uso de técnicas nocivas ao ambiente, com a utilização inadequada de tecnologias em grandes, médias e pequenas propriedades, também pelo caráter rudimentar dos sistemas de produção tradicional também praticados em explorações de diferentes magnitudes.

Ainda segundo o mesmo autor, é de suma importância a recuperação ou a manutenção dos recursos naturais para o resgate da qualidade ambiental no campo e para melhorar os níveis de vida da população rural.

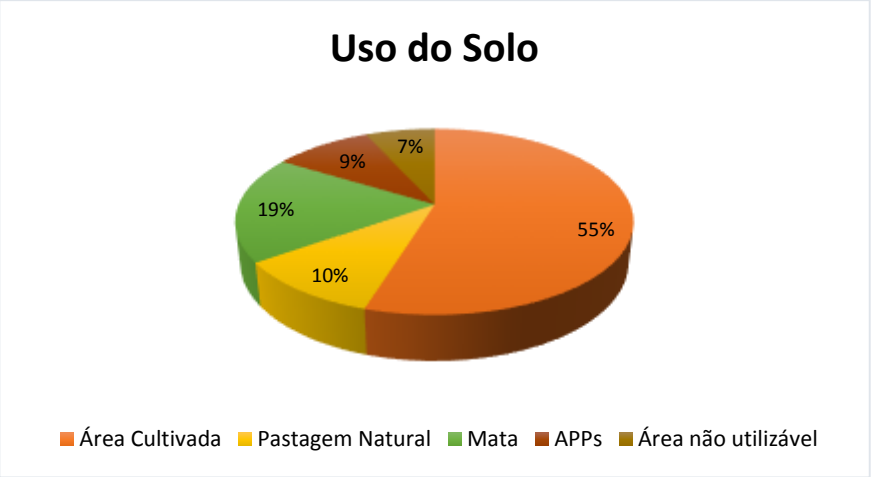
> A reconstituição das matas ciliares, a proteção das nascentes e a implantação de reservas legais, conforme estabelece a legislação, poderão revitalizar as paisagens rurais e favorecer a expansão de formas de exploração ambientalmente menos agressivas e que sejam mais compatíveis com as pequenas propriedades rurais (HESPANHOL, 2008, p. 91).

Com relação ao solo, o mesmo é um importante componente do ambiente, recobrindo a porção superficial do terreno, tendo, dentre outras, a função de suporte da vida animal e vegetal. Conforme Rocca (2006), o solo

> [...] desempenha um papel fundamental na sustentabilidade dos ecossistemas terrestres, da vida animal e da sociedade humana, cumprindo as seguintes funções: sustentação da vida; habitat para as pessoas, animais, plantas e outros organismos; ciclagem da água e nutrientes; proteção das águas subterrâneas; arquivo natural e cultural; reserva mineral e de matéria prima; ocupação territorial e recreação; agricultura, pecuária e silvicultura; disposição de resíduos e outros usos públicos e econômicos (ROCCA, 2006, p. 251).

Sobre o uso do solo (Figura 39) no âmbito pesquisado, a área cultivada compreende 55%, nesse são incluídas também as áreas em repouso, 19% de mata nativa e exótica, 10% de pastagem natural, 9% de Área de Preservação Permanente – APP e 7% de área não utilizada.

Figura 39 – Uso do solo



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A área cultivada compreende a área plantada com produtos vegetais, com culturas temporárias ou permanentes, inclusive com reflorestamentos de espécies exóticas ou nativas, destinadas ao consumo próprio ou comércio, e também utilizada para a alimentação de animais. A área em repouso consiste no descanso ou repouso das terras cultiváveis, para assim, tornar o solo mais fértil.

A pastagem natural engloba a área de vegetação com espécies forrageiras naturais da região, usadas para a criação de animais. Geralmente as escolhas dessas áreas para pastagem se dá por alguma deficiência do solo, ou seja, ineficiência de drenagem, topografia inadequada e solos de baixa fertilidade ou pedregosos.

A mata nativa compreende um conjunto de plantas nativas de determinada região, com condições necessárias para o seu desenvolvimento, tais como, água, luz e calor, sendo difícil a identificação da interferência humana. A mata exótica abrange espécies de plantas originárias de outras regiões ou países. Podendo estas plantas se adaptar tão bem que se proliferam e avançam sobre a vegetação nativa, podendo causar grandes desequilíbrios ecológicos.

A Área de Preservação Permanente está definida no inciso II do artigo 3.º da Lei 12.651/12 como:

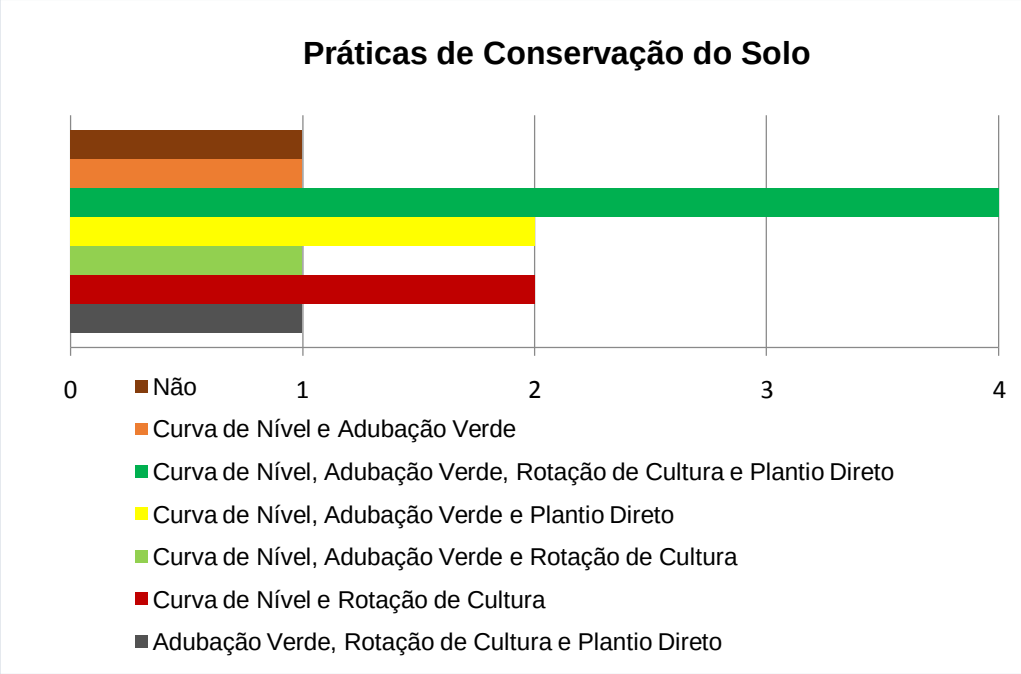
> [...] área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012, p.2).

Teixeira e Fruet (2014) abordam que as APPs são destinadas para a proteção dos solos, águas e matas ciliares. Ainda consideram como Área de Preservação Permanente as florestas e demais formas de vegetação natural localizadas as margens de rios e lagos, as áreas de encontro de lagos e lagoas naturais, de reservatórios de águas artificiais, no encontro das nascentes e olhos de água perenes, nas encostas com declividade superior a 45º, no topo de morros e serras.

As áreas não utilizáveis são o conjunto de afloramentos rochosos, caminhos de lavoura, áreas próximas das residências dos agricultores, entre outros.

Com relação à conservação do solo, observa-se na Figura 40, onze (92%) dos entrevistados praticam uma ou mais técnica de conservação do solo, entre elas estão: a adubação verde, rotação de cultura, plantio direto e curva de nível.

Figura 40 – Práticas de conservação do solo



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Com base nas informações contidas na cartilha do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2009):

Plantio direto: é um sistema de produção que dispensa a aração e a gradagem, que traz benefícios ao agricultor e ao meio ambiente pela manutenção da palhada na superfície do solo, pelo incremento gradual da matéria orgânica e, consequente, melhoria de sua estrutura física e da própria biologia do solo, entre outros. É de fundamental importância nesse sistema a rotação de cultura e a produção de palha, sobre a qual se faz o plantio direto.

Adubação verde: compreende a utilização de plantas específicas (leguminosas ou não), com o objetivo de aumentar os teores de matéria orgânica do solo, seja com a incorporação superficial da massa produzida ou, principalmente, mantendo os resíduos dessas plantas na superfície do solo.

Rotação de culturas: consiste no plantio alternado ou sequencial de várias culturas em uma mesma gleba, de forma planejada, com vistas à exploração de diferentes camadas de solo pelas raízes das plantas, promovendo a ciclagem de nutrientes, a quebra no ciclo de pragas e doenças, entre outros benefícios.

Curva de nível: é um sistema de cultivo utilizado em solos de baixa declividade, seguindo as cotas altimétricas da região em questão. As curvas ajudam a reter os elementos vivos do solo, permitindo a intensificação da produção, sendo usada para evitar a erosão.

No contexto empírico pesquisado, observou-se a importância da conservação do solo na visão da maioria dos entrevistados, onde foi salientado que a prática contribui para o aumento da produtividade, diminuição do uso de agrotóxicos, diminuição de pragas e ervas daninhas, entre outros.

Quando questionados sobre quais são os recursos hídricos disponíveis na propriedade (Figura 41), três (25%) responderam que possuem cacimba na propriedade, três (25%) têm sanga[7], cacimba e açude[8] dois (17%) dizem ter sanga e cacimba, dois (17%) possuem apenas sanga, um (8%) tem arroio e cacimba e um (8%) dos entrevistados possui na propriedade cacimba e açude. Na Figura 42 está representada a cacimba, açude, arroio e a sanga, respectivamente.

---

[7] Sanga é uma expressão usada no estado do Rio Grande do Sul, que compreende um pequeno curso d' água menor que um arroio (canal natural ou artificial que liga cursos d' água). E em épocas de estiagem a sanga seca facilmente.

[8] Reservatório artificial de água.

Figura 41 – Recursos hídricos disponíveis na área pesquisada

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 42 – Recursos hídricos nas áreas pesquisadas – Cacimba, açude, arroio e sanga

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Segundo Rodrigues (2008), cerca de dois terços da água doce do planeta é usada para a produção de alimentos irrigados. Com isso, parece que a agricultura consome água que poderia ser consumida em fins mais nobres, mas a irrigação usa a água e não a consome, até 90% da água de irrigação volta rapidamente ao ciclo hidrológico, até mais pura do que era antes. A irrigação complementa a necessidade de água nos períodos secos, garantindo a produção e até o aumento de produtividade por área plantada.

Oliveira-Filho (1994) aborda que a devastação das matas ciliares resulta no assoreamento, no desequilíbrio dos regimes das cheias, na erosão das margens de rios, arroios, sangas e demais fluxos de água.

Com relação ao uso de irrigação na agricultura (Figura 43) entre o total de entrevistados, oito (67%) usam irrigação na agricultura, para os cultivos do tomate, nas verduras, no viveiro e no cultivo das flores. A água é obtida por bomba, conforme a Figura 44, e por queda natural e retirada de cacimbas, açudes, sangas e arroios.

Figura 43 – Uso da irrigação na agricultura

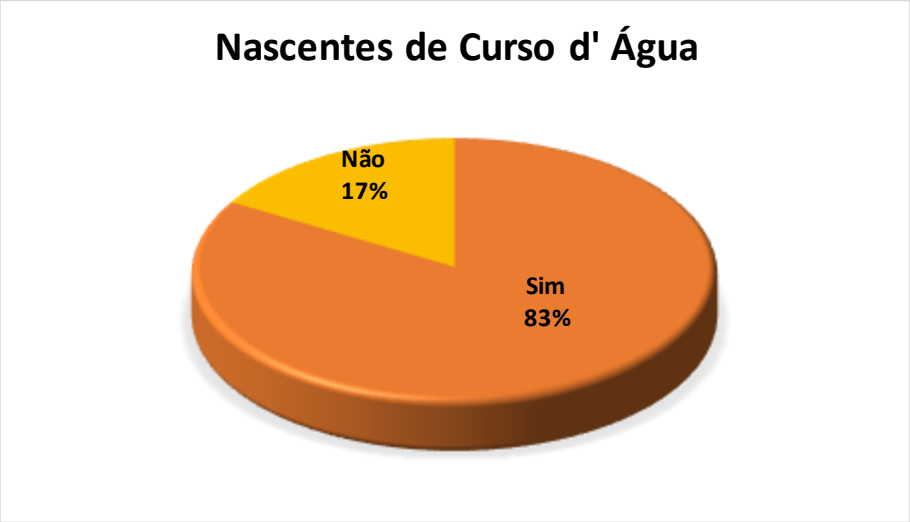
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 44 – Obtenção da água do açude por bomba para irrigação

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

O conceito oficial de nascente no Brasil é apresentado pela Lei Federal 12.651/2012 (Art. 3º, XVII), que a considera como o “afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade e dá início a um curso d’água”. Sobre a existência de nascentes de curso d’ água (Figura 45) nas propriedades estudadas, dez (83%) possuem nascentes e dois (17%) não possuem nascentes de curso d’ água.

Figura 45 – Existência de nascentes de curso d’ água



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Dentre os cuidados tomados pelos agricultores na conservação das nascentes, estes afirmaram que mantêm a vegetação ao redor das mesmas, um elencou que além de manter a vegetação ao redor, evita o uso de agrotóxicos nas proximidades e o outro não planta próximo das nascentes, também um entrevistado está eliminando o eucalipto para plantar árvore nativa próximo das nascentes. Na Figura 46 algumas nascentes presentes nas propriedades pesquisadas.

Figura 46 – Nascente de curso d' água

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Segundo Calheiros et al. (2004), as nascentes de curso d'água são de suma importância no controle da erosão do solo por meio de estruturas físicas e barreiras vegetais. A vegetação protege o solo, evitando erosões, desmoronamento de encostas, e contribuindo assim para a preservação das nascentes. Sendo que as águas das nascentes do meio rural são para o uso doméstico, higiene pessoal, para a criação de animais e irrigação.

Os entrevistados demostraram uma grande preocupação na manutenção das nascentes, todos relataram que usam práticas de conservação, no entanto, percebeu-se na prática que existe uma falta de orientação técnica quanto ao uso dos agrotóxicos, por exemplo. Ainda existe a presença de espécies artificiais como o eucalipto próximo das nascentes, ambas as práticas podem culminar na contaminação e até no desaparecimento da nascente, conforme Figura 47.

Figura 47 – Uso do solo próximo das nascentes

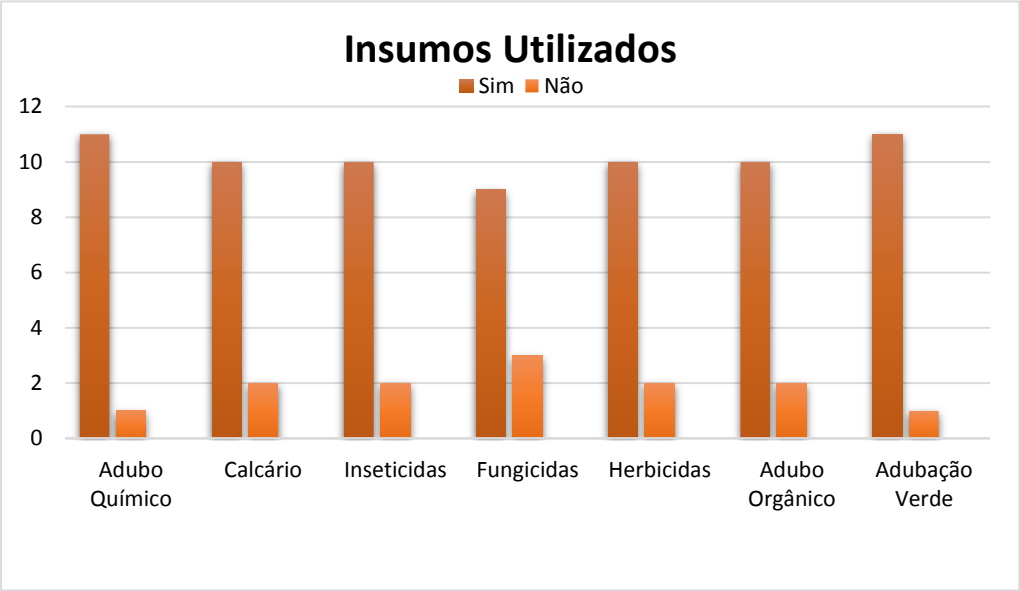
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Acerca do uso de agrotóxicos nas propriedades estudadas, a maioria dos agricultores usam significativas quantidades de agrotóxicos para a produção agrícola, conforme Figura 48. Um exemplo disso foi o que disse um dos entrevistados em relação ao uso dos insumos agrícolas: *sempre tem que colocar um pouco, se não, não vem, até na horta tem que colocar.* Outro relatou que usa o herbicida tanto na produção para o mercado quanto na horta e nas áreas próximas da residência.

Segundo Veiga et al. (2006), a aplicação de agrotóxicos pode contaminar o solo e os sistemas hídricos, resultando numa degradação ambiental que tem como consequência prejuízos à saúde e alterações significativas nos ecossistemas.

Também foi notada a presença de embalagens de agrotóxicos descartadas incorretamente, em algumas das propriedades pesquisadas, conforme Figura 49. O descarte incorreto de embalagens vazias de agrotóxicos compreende um grande problema, tornando um perigo para o homem, animais e o ambiente. Elas são fontes de contaminação de nascentes, córregos e rios que abastecem tanto as propriedades rurais, quanto as cidades (INPEV, 2006).

Figura 48 – Insumos agrícolas utilizados nas propriedades



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 49 – Embalagens de agrotóxicos descartadas incorretamente nas propriedades

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Sobre a questão da manutenção da paisagem, entre os geógrafos existe um consenso de que a paisagem, embora tenha sido estudada sob ênfase diferenciada, resulta da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos. E que ela não é apenas um fato natural, mas engloba a existência humana (MAXIMIANO, 2004).

Os entrevistados foram questionados sobre a paisagem preferida para o trabalho e para o descanso e o porquê da escolha, os resultados obtidos são demonstrados nos Quadros 3 e 4 e nas Figuras 50 e 51 estão representadas algumas delas.

Quadro 3 – Lugar preferido para o trabalho na propriedade

Lugar Preferido Para o Trabalho	Por quê?
Horta	Passa muito tempo trabalhando na horta.
Estufa de flores e a horta	A estufa de flores porque tem como lazer e a horta porque produz os próprios alimentos.
Lavoura de milho	Gosta de trabalhar com o cultivo do milho e porque tem que cuidar da planta para produzir; O milho sempre tem que ter, pois é usado na alimentação dos porcos.
Lavoura próxima da casa	Fica mais próxima da casa e visível das pessoas que chegam na propriedade.
Lavoura de fumo	É o lugar onde o agricultor vê esperança e por ver as plantar verdejares.
Lavoura de tomate	Tem que ter muitos cuidados durante a produção.
Em toda a propriedade	Gosta de trabalhar em tudo.
Chácara de pêssego	É um trabalho habitual e serve de terapia; Gosta mais do serviço e por ser uma cultura boa para trabalhar, porque tem problema de coluna; O serviço é melhor e não é usado muito agrotóxico.
Viveiro	Passa muito tempo durante o dia lá.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 50 – Algumas das paisagens preferidas para o trabalho

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Quadro 4 – Lugar preferido para o descanso na propriedade

Lugar Preferido Para o Descanso	Por quê?
Casa	É o aconchego; Está dentro do ambiente e se sente à vontade; É o lugar para o descanso e para conversar com a família; *Nada melhor do que deitar no sofá depois do almoço.*
Sombra	É um lugar tranquilo e a sombra é o que faz o entrevistado viver; É o melhor lugar da propriedade; Para tomar um chimarrão bem tranquilo; Para tomar chimarrão; Para tomar chimarrão e conversar com a família; É um lazer; Gosta da sombra da parreira da uva e por não conseguir ir para a lavoura cedo no verão; Adora comer fruta embaixo da árvore.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 51 – Algumas das paisagens preferidas para o descanso

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

As paisagens, segundo Costa (2012), são construídas de forma conjugadas pelo homem e pela natureza. Elas compreendem a relação da sociedade com seu espaço ao longo do tempo. Acrescentado ao ambiente natural as forças culturais, sociais e econômicas, de forma interna ou externa, influenciam as condições físicas com que se apresentam. Santos (2004, apud COSTA, 2012) afirma que a paisagem

resulta da acumulação de tempos e Ribeiro (2007 apud COSTA, 2012) acredita que, o que lhe confere uma dada identidade pode ser, em um primeiro plano, resultado de marcas no espaço ou de formas reconhecíveis e delimitáveis, as quais compõem uma unidade orgânica.

Com relação à questão das paisagens preferidas dos entrevistados para o trabalho, a lavoura foi escolhida com mais frequência por ser o lugar da obtenção da renda familiar e dos produtos para o autoconsumo, que lhes traz muita satisfação. Já no âmbito da paisagem preferida para o descanso foi escolhida a sombra que faz parte da paisagem natural e outros a casa que é parte integrante da paisagem artificial, àquela criada pelo homem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, pode-se afirmar que as múltiplas funções da agricultura contribuem para o desenvolvimento rural. Além disso, o desenvolvimento rural passa pela formulação de políticas públicas e, com base na pesquisa desenvolvida com os agricultores familiares da localidade da Glória - Canguçu, constatou-se a necessidade de ampliar o fornecimento da produção agrícola, pois o grande problema enfrentado compreende a falta de mercado para a produção. Bem como, políticas para a permanência, de forma digna, dos jovens rurais da localidade, acesso a propriedade da terra, a criação de programas para estimular uma produção mais sustentável, orientação aos agricultores sobre as questões ambientais, políticas que englobem as múltiplas funções da agricultura e a valorização das atividades agrícolas e não agrícolas, entre outros.

Destaca-se que a produção para o autoconsumo desempenha um papel de suma importância para a reprodução das famílias pesquisadas, bem como, a produção para o mercado. Parte dos agricultores pesquisados ainda sofre com os problemas da falta de acesso a propriedade da terra, mas fazem uso do arrendamento e da parceria para ampliar a área de cultivo, aumentar a renda, possibilitando, assim, a sua reprodução no meio rural.

Todos entrevistados possuem produção para o autoconsumo, que proporciona uma alimentação para suprir, ao menos em parte, as necessidades da família. Uma grande diversidade de produtos agrícolas é cultivada no contexto empírico, não só para o autoconsumo, mas para o mercado. Produtos como a soja, fumo, flores, entre outros são apenas para o mercado consumidor e que gera renda para a permanência dos agricultores no campo. A produção de alimentos, principalmente de origem vegetal, possui uma parcela de contribuição para o autoconsumo e abastecimento do mercado regional, porém com pouca qualidade, uma vez que a grande maioria dos agricultores utiliza agrotóxicos, de forma direta ou indireta na sua produção.

Por outro lado, perdura entre os agricultores as preocupações com a falta de mercado para escoar a produção, bem como, a instabilidade do mercado com relação ao preço dos produtos.

Com relação à produção agroecológica, um entrevistado está em período de transição para a agroecologia e os demais são agricultores convencionais. Apesar

de alguns terem respondido que não usam nenhum tipo de insumo agrícola na produção para o autoconsumo, o uso dos insumos ocorre nas áreas de plantio (lavoura) das propriedades pesquisadas, sendo estas localizadas próximas das suas residências e hortas. E, de acordo com a bibliografia consultada, o uso dos insumos agrícolas acaba atingindo não só a área aplicada, mas uma grande extensão ao seu redor, como por exemplo, os pomares e a produção da horta.

Além das atividades agrícolas, o artesanato doméstico, a aposentadoria ou pensão e as atividades não agrícolas fora da propriedade estão presentes no contexto empírico. Essas atividades contribuem no desenvolvimento da agricultura familiar e na reprodução socioeconômica das famílias.

Atualmente, metade dos agricultores pesquisados acessa algum tipo de crédito rural, considerando o mesmo indispensável para o investimento na propriedade. Os agricultores que não utilizam nenhum tipo de crédito rural no presente, elencaram que estão investindo capital próprio. Todos os agricultores relataram que em algum momento usaram o PRONAF, isso demonstra a relevância desse programa para a agricultura familiar.

Todos os agricultores pesquisados recebem assistência técnica e extensão rural. Segundo os entrevistados, os serviços de extensão contribuem para a qualidade da produção, dispõe de orientações sobre o uso de insumos, técnicas de poda, leva informações sobre acesso aos tipos de crédito rural, oferta cursos de capacitação, principalmente para as mulheres, incentiva a produção mais sustentável, entre outros.

No contexto empírico a ajuda mútua está presente e todas as famílias pesquisadas participam de festas de comunidade. E, muitos dos agricultores participam de sindicatos, associações e cooperativas. Mantendo-se assim, a rede de reciprocidade e a manutenção do tecido social e cultural.

Nem todos os agricultores sabem qual será o futuro sucessório das propriedades familiares, porém, a grande maioria deseja a permanência dos filhos na propriedade como agricultores, citando a importância do estudo para uma melhor atuação dos filhos na propriedade. Aqueles que não desejam que os filhos permaneçam na propriedade como agricultores, almejam que os mesmos estudem para assim, conseguir um emprego no meio urbano. Por outro lado, a falta do acesso à propriedade da terra acaba gerando dúvida sobre a questão da sucessão familiar.

O nível de escolaridade do grupo estudado é baixo. Mas, muitos dos filhos e agricultores entrevistados que concluíram o ensino médio, técnico ou superior na cidade, retornaram para o meio rural e desenvolvem as atividades agrícolas na propriedade e atividades não agrícolas fora da propriedade. Existem casos de jovens que concluíram o ensino fundamental, médio, técnico ou superior no meio urbano e acabaram não retornando à propriedade da família, pois conseguiram um emprego no meio urbano.

É necessário um maior investimento em educação no meio rural, para assim formar os jovens para a permanência no campo, valorizando o modo de vida dos jovens do meio rural nos currículos escolares, por exemplo, assegurando a sua identidade e valorizando as experiências do seu cotidiano, protegendo o vínculo social com o lugar em que vive.

Também é fundamental a criação de uma política específica para os jovens do contexto empírico, que abarque a valorização das práticas agroecológicas, acesso a terra, inclusão digital, qualificação técnica e garantia do acesso à educação e ao lazer; o que contribuirá para a permanência dos jovens no meio rural.

A modernização da agricultura está presente na área de estudo, com o uso de agrotóxicos por onze (92%) dos agricultores pesquisados, o uso de máquinas e instrumentos modernos, sementes híbridas, entre outros, porém, a modernização não foi completa, pois se constatou a presença das técnicas agrícolas transferidas pelos ascendentes, como o uso de instrumentos manuais, o uso da tração animal, a tradição de guardar a semente crioula, entre outros. Com isso, existe uma relação entre os elementos da agricultura convencional e os elementos da agricultura tradicional.

Considerando que os agricultores pesquisados estão ligados a Chamada Pública da Sustentabilidade, os resultados esperados ainda encontram-se limitados, pois, na realidade, apenas um agricultor está em período de transição agroecológica, os demais são convencionais e com pouca perspectiva para o desenvolvimento de uma produção mais sustentável.

Com relação ao patrimônio material, constatou-se somente objetos antigos em duas propriedades. As que não possuíam são propriedades recentemente constituídas, ocorrendo assim, uma perda no patrimônio material.

Os agricultores abordaram que o meio rural constitui um espaço de produção, mas também de moradia, sendo que gostam de viver no meio rural, pela

tranquilidade, qualidade de vida, entre outros pontos positivos. No entanto, enfrentam problemas como o acesso à saúde, desvalorização do preço dos produtos agrícolas, falta de mercado para a comercialização, investimento muito alto na produção, pragas que os agricultores não conseguem controlar, falta de energia elétrica em uma propriedade, estradas ruins (acessibilidade), falta de apoio por parte do governo, falta de coleta seletiva de lixo, entre outros pontos negativos.

Grande parte dos agricultores tem esperança de dias melhores, pois elencaram que não conseguiriam viver no meio urbano, por possuírem uma forte ligação com o meio rural, e por mais que existam dificuldades, estão encarrando as mesmas no dia a dia.

Apesar dos problemas citados acima, todos os agricultores familiares pesquisados da localidade da Glória pretendem manter a propriedade com a agricultura, por ser a única atividade que sabem exercer, por terem um baixo nível de escolaridade, dificultando assim, a obtenção de um emprego no meio urbano e, principalmente, por gostarem de trabalhar na agricultura. A agricultura familiar estudada vai além da questão econômica, pois constitui um modo de vida.

Cabe ressaltar, que os agricultores com perspectivas negativas quanto a continuidade da família no meio rural, ocorre principalmente pela falta de amparo do governo e pela possível mudança da idade da aposentadoria, que foi um tema muito citado durante a pesquisa de campo.

Sobre a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, percebeu-se a importância da conservação do solo na visão da maioria dos agricultores pesquisados, onde foi salientado que a prática de conservação do solo contribui para o aumento da produtividade, diminuição do uso de insumos agrícolas, diminuição de pragas e ervas daninhas, entre outros. O uso da adubação verde, rotação de cultura, plantio direto, curva de nível, são práticas usadas pelos agricultores para a conservação do solo.

Os agricultores citaram diversos cuidados adotados para a conservação das nascentes de curso d’ água, mas ainda mencionam que falta orientação técnica para realizarem estas práticas.

Apesar das preocupações sobre as questões ambientais nas propriedades rurais, na prática as ações são um pouco restritas. Pois, a maioria dos agricultores usam significativas quantidades de insumos agrícolas na produção, que contaminam o ecossistema.

A paisagem rural foi analisada levando em conta a visão dos agricultores, sendo que o lugar preferido para o trabalho compreende a lavoura, lugar este não apenas de ganho econômico, mas lugar ao qual gostam de estar e exercendo a atividade escolhida. A paisagem preferida para o descanso é a sombra ou a casa, que são paisagens naturais e artificiais, respectivamente, lugares estes que são para o descanso e convívio com a família.

Diante do exposto conclui-se que a multifuncionalidade da agricultura familiar no contexto empírico se manifesta de inúmeras formas, sendo que a reprodução socioeconômica das famílias rurais, a promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade e a manutenção do tecido social e cultural são funções identificadas como possibilidade da multifuncionalidade. Em contrapartida, a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural se apresentou de forma restrita.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, abr./jun., 2004.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 1999. p. 147-173.

AQUINO, Joacir Rufino; SCHNEIDER, Sergio. O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-81.

BANDEIRA, Silvana de Matos. **A dinâmica do capitalismo na produção do espaço urbano:** Os impactos da atividade fumageira para o setor comercial no município de Canguçu (RS-Brasil). 2012. 163f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Orgs.). **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2004.

BELLETTI, Márcia Rosani. **Agricultura familiar de base agroecológica:** caracterização sócioespacial da Localidade do Remanso – 1ª Distrito de Canguçu/RS. 2008. 53f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu reencontro com a história:** um exemplo de reconstituição de memória comunitária. 2. ed. Barra Mansa: Irmãos Drumond Ltda, 2007.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos de PRONAF, 1995-2015:** avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BONINI, Cristiane Vieira. **A importância da mulher na agricultura familiar:** o exemplo das trabalhadoras rurais na colônia Osório- Cerrito Alegre – Pelotas – RS. 2004. 82f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2004.

CALHEIROS, Rinaldo de Oliveira et al. **Preservação e recuperação de nascentes**. Comitê de Bacias Hidrográficas. Piracicaba, 2004.

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos

Familiares Rurais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>>. Acesso em: 02 out. 2016.

BRASIL. **Lei 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>>. Acesso em: 15 set. 2016.

BRASIL. **Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>>. Acesso em: 22 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Uso sustentável do solo:** plante com tecnologia. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/ACS, 2009.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Pluriatividade: aspectos históricos e conceituais. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 9, n. 10, p. 191-208, jul./dez. 2007.

_____. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2009. p. 1-16.

CARDOSO, Joel Henrique; FLEXOR, Georges; MALUF, Renato. Multifuncionalidade da agricultura em áreas de assentamentos rurais: o caso de Abelardo Luz (SC). In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.) **Para além da produção:** Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 60-73.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luis Flávio Carvalho; MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina. (Orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad/Pronex, v. 1, 1999. p. 323-344.

_____. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sergio. (Org). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: ed. UFGRS, 2006. p. 165-185.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (Orgs.). **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CAZELLA, Ademir Antônio. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, Ademir Antônio. et al. (Orgs.). **Agricultura**

familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 47-70.

CAZELLA, Ademir Antônio; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (Orgs.) **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. As estratégias de reprodução social da agricultura familiar em suas múltiplas inter-relações. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno et al. **Do rural invisível ao rural que se reconhece:** dilemas socioambientais na agricultura familiar. Curitiba: Ed: UFPR, 2012. p. 109-174.

COSTA, Rita De Cassia Almeida da. A importância da observação da paisagem rural para a preservação dos valores culturais locais e como garantia da sobrevivência saudável do homem na contemporaneidade. **Anais do 2ª Colóquio Ibero-Americano**, Belo Horizonte, 2012. p. 1-19.

CUNHA, Julio Araujo Carneiro da; RIBEIRO, Evandro Marcos Saidel. A etnografia como estratégia de pesquisa interdisciplinar para os estudos organizacionais. **Qualitas**, Paraíba, v. 9, n. 2, p. 1-17, 2010.

D' ABADIA, Maria Idelma Vieira; ALMEIDA, Maria Geralda de. Festas Religiosas e Pós-Modernidade. **GeoNordeste**, Aracaju, v. XX, n. 2, p. 57-80, 2009.

EMATER. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Município de Canguçu, RS**, 2016.

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. **FEE Dados**, 2014. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados>>. Acesso em: 31 maio de 2016.

FERNANDES, Sibeli. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental de sistemas agrários:** um estudo sobre a agricultura familiar camponesa no distrito de Santa Teresinha – Palmeira das Missões/RS. 2014. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

FINATTO, Roberto Antônio; SALAMONI, Giancarla**.** Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 199-217, dez. 2008.

GAVIOLI, Felipe Rosafa; COSTA, Manoel Baltasar Baptista. As Múltiplas Funções da Agricultura Familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **RESR**, Piracicaba, v. 49, n. 2, p. 449-472, abr./jun. 2011.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. As duas "caras" do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? **Anais XVIII Congresso SOBER**, Ribeirão Preto SP, 2005. p. 1-21.

_____. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. **Anais do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural:** “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. Fortaleza: SOBER/BNB, 2006. p. 1-19.

GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; SALAMONI, Giancarla. Para Entender o Campesinato: A contribuição de A.V. Chayanov. **Geografia**, Rio Claro, v. 19, n.2, p. 197-208, 1994.

_____. Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar. In: GERARDI, Lucia Helena Oliveira; MENDES, Iandara Alves. (Orgs). **Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades:** temas de Geografia Contemporânea. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teorética – AGETEO, 2001. p. 73-96.

GOBBI, Wanderléia Aparecida de Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões sobre o trabalho de campo. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs). **Geografia e Pesquisa Qualitativa:** nas Trilhas da Investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 485-507.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **RER**, Piracicaba, v.46, n. 2, p.481-515, abr./jun. 2008.

HECHT, Susanna. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** as bases científicas da agricultura alternativa. 4. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 2000. p. 25-41.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelino; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 81-94.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430450>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

INPEV. Instituto Nacional de Processamento de Embalagens de Agrotóxicos Vazias. **Relatório anual 2006**, 2006. p. 3-121

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. **Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Cuiabá, 2004. p. 1-17.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **Agricultura familiar:** Uma realidade multiforme. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. **A Agricultura Familiar:** Comparação Internacional. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

MA/SDR/PRONAF. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, 1996.

MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. **Ra´ega**, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004.

MACHADO, André Grossi; CAUME, David José. Multifuncionalidade e pluriatividade como alternativa de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. **Anais do XLVI SOBER**, Rio Branco, Acre, 2008. p. 1-12.

_____. Novas funções e novas atividades como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 27, n. 1, p. 97-104, jan./jun. 2008.

MACHADO, Carmen Janaina Batista. **"Aqui até o arado é diferente":** transformações no fazer agricultura e em hábitos alimentares entre famílias assentadas - um estudo realizado no assentamento União, Rio Grande do Sul. 2014. 153f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MDA. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Linhas de Crédito**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>>. Acesso em: 23 out. 2016.

MALUF, Renato Sérgio. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, Dalmo; WILKINSON, John (Orgs.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p. 301-328.

_____. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (Orgs.). **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 135-152.

MARAFON, Gláucio José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, p. 17-60, 2006.

MARTINS, Jaqueline Pinto; SANTOS, Gilberto Pinheiro dos. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: Grupo Palestra, 2003.

MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: Construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 279-291.

MENDES, Estevane de Paula Pontes; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevista. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia

Salazar (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 509-537.

MORAES, Dione; VILELA, Sergio. Multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses: desafios para sustentabilidade. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (Orgs.). **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 104-122.

MOURA, Lucimára dos Santos de. **Agricultura Familiar e Fumicultura:** um estudo de caso da Localidade da Favila, Canguçu - RS. 2008. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NEVES, Delma Pessanha. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2008.

OLIVEIRA-FILHO, Ary Teixeira de. Estudos ecológicos da vegetação como subsídios para programas de revegetação com espécies nativas: uma proposta metodológica. **Revista Cerne**, Lavras, v. 1, n. 1, p. 64-72. 1994.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: CALDART Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 687-691.

PERES, Frederico et al. Desafios ao estudo da contaminação humana e ambiental por agrotóxicos. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 1-11, set./dez. 2005.

PINTO-CORREIA. Teresa. Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise. **Inforgeo**, Lisboa, v. 20/21, p. 67-71, jul. 2007.

PORTO, Victor Hugo da Fonseca. Uma estratégia para políticas de pesquisa participativa na agricultura familiar: conhecer a transmissão e posse da terra. In: PORTO, Victor Hugo da Fonseca (Org). **Agricultura familiar:** sujeito de um novo método de pesquisa, o participativo. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004. p. 81-91.

PRANKE, Luciana Venzke. **A organização do sistema agrário na localidade Estância da Figueira – Canguçu/RS:** a produção para o autoconsumo como estratégia de reprodução social e territorial da agricultura familiar. 2013. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

REINATO, Rosicler Aparecida de Oliveira; GARCIA, Roberta Bonamichi Guidi; ZERBINATTI, Oberdan Everton. A situação atual das embalagens vazias de agrotóxicos no Brasil. **Engenharia Ambiental**, Espírito Santo do Pinhal, v. 9, n. 4, p. 79-94, out./dez. 2012.

ROCCA, Alfredo Carlos Cardoso. Os passivos ambientais e a contaminação do solo e das águas subterrâneas. In: VILELA JÚNIOR, Alcir; DEMAJOROVIC, Jacques (Orgs.). **Modelos e ferramentais de gestão ambiental:** desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo: SENAC, 2006. p. 247-284.

RODRIGUES, Roberto**. Água, um bem-estar.** Folha Uol, São Paulo, 06 de dezembro de 2008.

RÖHNELT, Priscila Barcelos Cardoso. **A caracterização da agricultura familiar no 4ª distrito do município de Canguçu - RS.** 2007. 100f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

_____. **Estratégias de Reprodução da Agricultura Familiar:** a participação da mulher nas atividades socioprodutivas na localidade de Trapeira – Canguçu/RS. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de Luta ou "Coordenadoras de Panelas"?** Brasília: Ed. Unesco, 2000.

SABOURIN, Eric. Ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade. **Anais do 1º Encontro da Rede Rural**, Rio de Janeiro: UFF, 2006. p. 1-11.

_____. **Camponeses do Brasil:** entre troca mercantil e reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: Egufpel, 2003.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. A propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura: o surgimento de uma nova formação discursiva. **Revista Theomai /Theomai Journaul**, Buenos Aires, n. 20, p. 22-33, jul./dez. 2009.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, 2013.

SCHMIDT, Wilson. Conversão à agricultura orgânica e multifuncionalidade: o caso das Encostas da Serra Geral (SC). In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (Orgs.). **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 44-59.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS. 2003.

_____. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.

SANTOS, Jefferson Rodrigues; FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. Alguns apontamentos para a reflexão teórica do campesinato. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 58-70, 2006.

SCHIEDECK, Gustavo; GONÇALVES, Márcio de Medeiros; SCHWENGBER, José Ernani. **Minhocultura e produção de húmus para a agricultura familiar**. Pelotas: EMBRAPA, 2006 (Circular Técnica 57).

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis /Brasília: Epagri/NEAD, 2001.

SILVA, José Francisco Graziano da (Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, Osvaldo Heller da. Alguns comentários sobre o destino do campesinato em Marx. **Revista Economia Rural**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 101-116, jan./mar., 1986.

SIMCH, Terezinha de Lemos. **Produção familiar na agricultura familiar**: um exemplo de tipologia com produtores de frutas e hortaliças no Município de Canguçu - RS. 2002. 197f. Tese (Doutorado em Integração Regional) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2002.

SODRÉ. Maiara Tavares. **Políticas públicas para o sistema agrário familiar e as interfaces com o desenvolvimento territorial rural:** um estudo sobre as repercussões do PAA e PNAE no município de Pelotas/RS. 216f. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

TEIXEIRA, César; FRUET, Ana Paula Burin. Deveres do proprietário de imóvel rural em matéria de preservação ambiental e a utilização de instrumentos econômicos na proteção florestal. In: DÖRR, Andréa Cristina et al. **Práticas & Saberes em meio ambiente**. Curitiba: Appris, 2014. p. 11-37.

VANTROBA, Erléia Aparecida. **Necessidades e perspectivas para a permanência do jovem do campo no seu ambiente**. Irati, p. 12-13, dez. 2009.

VEIGA, Marcelo Mota et al. Análise da contaminação dos sistemas hídricos por agrotóxicos numa pequena comunidade rural do Sudeste do Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22 n. 11, p. 2391- 2399, nov. 2006.

VELTHEM, Lucia Hussak van. Farinha, casas de farinha e objetos familiares em Cruzeiro do Sul (Acre). **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 605-631, 2007.

VIERA, Valmir. **Município de Canguçu/RS:** O Relevo e sua Morfodinâmica como Condicionantes do Dinamismo Agrícola. 2012. 160f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

VOIGT, Ana Claudete Stern. **Formação de pequenas propriedades de produção familiar no contexto sócio-econômico do município de Canguçu.** 2000. 59f.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Trajetória social e projeto de autonomia:** os produtores de algodão na região de Campinas, São Paulo. In: MONIZ, Antônio (Org.). A responsabilidade social da ciência do solo. Campinas - SP: Sociedade Brasileira da Ciência do Solo., 1988, v., p. 3-15.

_____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. **Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 1996. p. 1-18.

_____. Prefácio. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (Orgs.). **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 9-16.

_____. Agricultura Familiar: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004.

_____. **O Mundo Rural como Espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

DATA:

QUESTIONÁRIO Nº:

AGRICULTOR:

PONTO DO GPS:

▬ Caracterização Geral

▲ Reprodução socioeconômica das famílias rurais

► Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade

▼ Manutenção do tecido social e cultural

◄ Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural

1) Idade e escolaridade dos membros da família (H= Homem M= Mulher) ▬

	1	2	3	4	5	6	7	8
Sexo								
Idade								
Escolaridade								

Legenda: EFI = Ensino Fundamental Incompleto; EFC = Ensino Fundamental Completo; EMI = Ensino Médio Incompleto; EMC = Ensino Médio Completo; ESI = Ensino Superior Incompleto; ESC = Ensino Superior Completo; A = Analfabeto; NIE= Não está em idade escolar

2) Condição do agricultor ▲

Proprietário	
Arrendatário	
Parceria	
Outro: Qual?	

3) (Quando proprietário) Como adquiriu suas terras? ▲

Herança		Parte Herança/ Parte Compra		Compra		Posse	

4) Como é formada a renda na propriedade? ▲

Venda de produtos agrícolas	
Venda de produção pecuária (e derivados)	
Venda de produtos artesanais (Quais?)	
Atividades agrícolas fora da propriedade (remunerado)	

Aposentadoria/pensão	
Aluguéis/arrendamentos	
Atividades não agrícolas fora da propriedade/serviços realizados. (Quais?)	
Atividades não agrícolas dentro da propriedade/serviços realizados. (Quais?)	

5) Quais atividades tem maior importância para que a família permaneça no meio rural? ▲

6) Contrata trabalhador temporário ou permanente? (Caso positivo) - Qual trabalho? Como é remunerado? ▲

Tipo de Trabalho	Remuneração			
	Dinheiro	Parte da produção	Ajuda mútua	Outra. Qual?

7) Desempenha algum tipo de ajuda mútua entre parentes ou vizinhos? ▼

Sim	Não

8) Participa de festas de comunidade: ▼

Igreja		Escola		Associação		Outros	

9) Sucessão Familiar: ▼

Maiorato (filho mais velho)	
Minorato (filho mais novo)	
Filho (as)	
Outro: Qual?	

10) A família deseja que os filhos permaneçam na propriedade como agricultores? Por quê? ▼

Sim	Não

11) Participa de algum Sindicato, Associação ou Cooperativa? Qual? ▼

12) Quais produtos cultivam na sua propriedade? Com qual finalidade? ►

Culturas	**AC**	**C1**	**C2**	**C3**	**C4**	**C5**
Fumo						
Pêssego						
Feijão						
Milho						
Batata-Inglesa						
Batata-Doce						
Leite						
Ovos						
Hortaliças						
Tomate						
Laranja						
Morango						
Mel						
Outros:						

Legenda: AC – Autoconsumo; C - Comercialização (1- Comércio atacadista; 2- comércio varejista - armazéns; 3 - feiras livres; 4- agroindústrias; 5- intermediário).

13) Quais produtos agrícolas tem maior importância na formação da renda familiar? ►

14) Há quantos anos se dedica a essa atividade? Por quê? ►

15) Que tipo de criações existem em sua propriedade? Com qual finalidade? ►

De Produção	**AC**	**C1**	**C2**	**C3**	**C4**	**C5**
Bovinos						
Suínos						
Aves						
Ovinos						
Peixes						
Outros						

De Trabalho	
Bois	
Cavalos	
Outros:	

Legenda: AC – Autoconsumo; C - Comercialização (1- Comércio atacadista; 2- comércio varejista - armazéns; 3- feiras livres; 4- agroindústrias; 5 - intermediário).

16) Uso do Solo: ◄

Área total – há	
Área cultivada - %	
Pastagem natural - %	
Mata - %	
Áreas de Preservação Permanente (APPs) - %	
Área não utilizável (estradas, afloramentos rochosos, etc.) - %	

17) Utiliza práticas de Conservação do Solo? ◄

Curva de Nível	
Adubação Verde	
Plantio em Nível	
Rotação de Cultura	
Plantio Direto	

18) Quais os recursos hídricos disponíveis na propriedade? ◄

Arroio		Cacimba		Açude		Cisterna		Outro:	

19) Usa irrigação na agricultura? (Caso positivo). Para qual cultura e como é obtida a água? ◄

20) Na propriedade existe nascentes de cursos d' água? Tem algum cuidado com a manutenção das nascentes? ◄

21) Que máquinas e instrumentos agrícolas são utilizados na propriedade? ▼

	Sim	Não		Sim	Não		Sim	Não
Trator			Arado			Roçadeira		
Carroça			Disco			Subsolador		
Pulverizador			Reboque			Trilhadeira		
Plantadeira			Grade			Capinadeira		
Aleirador			Plaina			Outros:		

22) Quais práticas agrícolas tradicionais foram transmitidas dos antepassados? ▼

23) Com relação ao Patrimônio Material, a propriedade possui: ▼

Moinho		Objetos Antigos	
Moenda		Outros: Quais?	
Casa de Pedra			

24) Quais os tipos de correção, adubação ou controle utilizados na propriedade? Quem faz a recomendação? ◄

	Regularmente	Ocasionalmente	Não utiliza		Regularmente	Ocasionalmente	Não utiliza
Adubo químico				Inseticidas			
Calcário				Adubo orgânico			
Fungicidas				Adubação verde			
Herbicidas				Outros:			

25) Existe algum cultivo/pastagem no sistema agroecológico? Quais? ►

26) Assistência Técnica: ▲

EMBRAPA		EMATER		Indústria		Sindicato	
Prefeitura		Cooperativa		Outro: Quais			

27) Utiliza algum tipo de crédito? Qual a finalidade? ▲

Agroindústria		PRONAF		Crédito Privado		Não utiliza		Outro:	

28) Nos dias atuais quais são os pontos positivos e negativos de se viver no meio rural? ▼

29) Quais são as perspectivas de continuidade da família no espaço rural? Pretende manter a sua propriedade com a agricultura ou outras atividades? ▼

30) Percepção da paisagem na visão dos agricultores: ◄

A) Lugar preferido para o trabalho? Por quê?
B) Lugar preferido para o descanso? Por quê?